

**ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ORIENTAÇÕES PARA A PRÁTICA ESCOLAR

São Luís - MA

2018

Maranhão. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria Adjunta de Ensino.

Avaliação da aprendizagem: orientações para a prática escolar / Coordenação Silvana Maria Machado Bastos — São Luís, 2018.

60 p.

1. Aprendizagem – Avaliação. 2. Prática escolar. 3. Prática docente. 4. Escola digna. I. Bastos, Silvana Maria Machado Bastos. II. Título.

CDD 371.26

CDU 37.091.279.7

GOVERNADOR DO ESTADO

FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

FELIPE COSTA CAMARÃO

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DANILO MOREIRA DA SILVA

SECRETÁRIA ADJUNTA DE ENSINO

NÁDYA CHRISTINA GUIMARÃES DUTRA

SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

SILVANA MARIA MACHADO BASTOS

SUPERVISÃO DE ENSINO MÉDIO

LUDMILLA FURTADO MORAIS

SUPERVISÃO DE CURRÍCULO

ALBELITA LOURDES MONTEIRO CARDOSO

SUPERVISÃO DE AVALIAÇÃO

PEDRO DE ALCANTARA LIMA FILHO

SUPERVISÃO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

AKEMI DAMASCENO WADA

ASSESSORAS SAE

*PATRÍCIA MARIA DE MESQUITA SOUZA
FRANCISCA DAS CHAGAS DOS PASSOS SILVA*

EQUIPE DE ELABORAÇÃO/ORGANIZAÇÃO – FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

PROF^a SILVANA MARIA MACHADO BASTOS

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

SILVANA MARIA MACHADO BASTOS

SUZANA LOPES DE MATOS

AURIVANIA FEITOSA SOARES

ALICE MARIA DE SOUZA BEZERRA

KENNYA TEREZA BRITO CASTRO

LÍVIA NARA

FRANCIMONE DA GRAÇA BARROS DUTRA

PATRÍCIA SANTOS MENDONÇA BRANT

PEDRO DE ALCANTARA LIMA FILHO

MORANE DE FÁTIMA RODRIGUES PACHECO

ALEXANDRINA COLINS MARTINS

REVISÃO TEXTUAL

ELIÚDE COSTA PEREIRA / ROSANGELA DINIZ SOARES

EDIÇÃO

ISRAEL ARAÚJO SILVA

“Podemos entender a avaliação da aprendizagem escolar como um ato amoroso, na medida em que a avaliação tem por objetivo diagnosticar e incluir educandos, pelos mais variáveis meios, no curso da aprendizagem satisfatória, que integre todas as suas experiências de vida.” Cipriano Luckesi

A gestão do Governo do Estado apresenta como nosso maior compromisso fazer do Maranhão uma terra com justiça e com igualdade social, eliminando situações inaceitáveis de sofrimento do nosso povo. Nosso governo tem como orientação propor mudanças e virar a página, começando um novo capítulo da nossa história. Neste processo, a educação se apresenta como um instrumento que contribui não somente para a superação das metas estabelecidas, mas se constitui como elemento fundamental na perspectiva de melhoria da qualidade de vida da população maranhense.

Assim, as orientações constituídas neste caderno pedagógico têm como finalidade subsidiar os profissionais da educação em relação ao constante planejar e replanejar, avaliar e reavaliar as ações escolares. O que apresentamos traduz-se por um esforço desta gestão para orientar as escolas legalmente, a fim de que cumpram seu papel social de desenvolver as aprendizagens discentes em todo o território maranhense em prol de uma educação pública de qualidade social, que respeite a diversidade, que trabalhe na perspectiva da inclusão social e encaminhe o Maranhão para o futuro.

Apresentamos um projeto educativo que tem como foco a aprendizagem dos estudantes, a expansão de oferta educacional, a valorização dos profissionais da educação, a formação integral que prioriza os seres humanos em seu valor único e coletivo, enfim, um projeto que transforma nossa educação numa educação digna para o povo maranhense diante do país e do mundo.

Portanto, acreditamos que apesar das dificuldades conjunturais, somente com um esforço coletivo, conseguiremos mudar a face da educação no Estado. É dando voz e vez para quem de fato constitui a escola pública no Maranhão – seus professores, profissionais, familiares, estudantes, comunidade local – que conseguiremos alcançar esses objetivos.

Felipe Costa Camarão
Secretário de Estado da Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM FOCO	8
3. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR:.....	11
4. CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM – UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA.....	13
5. ETAPAS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA.....	18
6. INSTRUMENTOS AVALIATIVOS	21
6.1 Observação Investigativa	23
6.2 Registro /fichas.....	24
6.5 Seminário	26
6.6 Trabalho em grupo	27
6.7 Debate.....	27
6.8 Relatório ou Produções.....	28
6.9 Autoavaliação.....	28
6.10 Conselho de Classe.....	29
6.11 Atividades on-line	30
7. PRÁTICAS DOCENTES QUE FAZEM A DIFERENÇA NA SALA DE AULA	30
8. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO – DO 4º ANO AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO.....	33
8.1 Registros por meio de notas.....	33
8.2 Registros das avaliações parciais por período letivo	34
8.3 Síntese de Avaliação Final	35
8.4 Estudos de Recuperação Obrigatórios	37
9. PROGRESSÃO PARCIAL OU PENDÊNCIA	42
9.1 Pendência: um compromisso firmado entre estudante, família e instituição escolar ...	49
9.2 Vida estudantil registrada em documentos oficiais.....	50
9.3 Da Banca de Exames da Escola	50
9.4 Transferência de estudantes com situação de pendência.....	51
10. DA CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO	51
11. DO CONSELHO DE CLASSE	53
12. META AVALIAÇÃO.....	54
BIBLIOGRAFIA	56

1. INTRODUÇÃO

A educação formal escolarizada é um direito coletivo que precisa ser universalizado com qualidade social. Os indicadores de qualidade educacional apontam desafios significativos que se acirram no decorrer do tempo para toda a nação e principalmente para o Maranhão, que é um dos estados com cenário merecedor de ampliada atenção.

Não obstante as ações já implementadas e que têm apresentado resultados significativos no que se refere à melhoria na qualidade da educação ofertada ao povo maranhense, faz-se necessário continuar avançando. Logo, para oportunizar uma educação voltada para clareza e discernimento do ser humano, protagonizando um adulto formador dentro de uma sociedade carente de saberes faz-se necessário galgar melhores indicadores de qualidade e desenvolvimento social.

Nesse sentido, a SEDUC/SAE amplia em 2018 o Programa Mais Ideb, que se apresenta como uma ação pedagógica estruturante na gestão da Secretaria de Educação, nas Unidades Regionais e nas escolas da rede.

O Mais Ideb se estrutura nos eixos:

- Formação continuada de professores – currículo estadual por componente e área de conhecimento;
- Avaliação da aprendizagem discente – implementação da sistemática de avaliação e a implantação do sistema de avaliação estadual;
- Acompanhamento Pedagógico – monitoramento do fluxo e ações pedagógicas interventivas nas escolas.

Considerando tais áreas de ação surge a necessidade deste Caderno de Avaliação da Aprendizagem que tem por objetivo principal elucidar questões sobre a prática avaliativa instituída pelo Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual do Maranhão (Resolução nº 118 de 2016) e a Portaria nº 2343 de 2017 que estabelece a Sistemática de Avaliação da Aprendizagem da Rede Estadual de Ensino.

É importante também observar que a avaliação da aprendizagem precisa estar bem alinhada ao currículo proposto para a rede numa perspectiva histórico-crítica, sendo o caderno de avaliação uma extensão direta dos cadernos curriculares por componente já impressos e distribuídos na rede.

2. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM FOCO

A avaliação educacional tem sido tema muito debatido no campo acadêmico, na área da gestão e no âmbito das escolas, sendo várias as áreas de estudo da avaliação educacional. Nesse trabalho enfocaremos a avaliação da aprendizagem que é realizada na escola numa relação direta com o currículo e a aprendizagem discente.

Comumente há formações nas instituições escolares com o tema de avaliação da aprendizagem e se fizermos uma pesquisa a maioria dos professores por certo indicaria a avaliação como um dos temas necessários para serem estudados e debatidos na escola.

Os diversos estudos sobre a prática avaliativa estão longe de chegar a um consenso nas indicações práticas de avaliação, muito pelo contrário, a diversidade de fazeres é uma característica inerente nos estudos e nas práticas avaliativas decorrentes, como diz Bastos:

A efervescência, na atualidade, de estudos sobre avaliação tem vários fatores propulsores, pode-se ressaltar o movimento de negação do modelo avaliativo de origem na educação tradicional. Autores diversos, apropriando-se de referenciais teóricos distintos contrapõem o que por muitos anos consolidou-se como “avaliação tradicional” na escola (2015, p. 40).

A avaliação da aprendizagem é prática intrínseca do fazer pedagógico escolar e contribui para que a escola cumpra sua função social de desenvolvimento das aprendizagens curriculares previstas para cada série da educação básica. A avaliação possibilita a dinamização curricular pois é uma apreciação sistemática e permanente das aprendizagens dos estudantes.

Considerando a relevância da avaliação da aprendizagem na escola é imprescindível algumas orientações básicas por parte da rede estadual de ensino, para que a coletânea de registros seja significativa às escolas e aos gestores, professores, técnicos e estudantes que compõem a rede, estabelecendo assim a unidade necessária para entendimento de todos.

Alguns documentos já regulamentam as práticas avaliativas e é com base nestes, que organizamos esse caderno de orientações com exemplos práticos de instrumentos, registros e composição de conceitos e notas para educação básica. Os documentos normativos são:

- Lei nº 9394/96 – Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Parecer nº 05/97 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – Regulamenta a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

- Parecer nº 12/97 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – Esclarece dúvidas sobre a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional em complemento ao Parecer 005/97.
- Lei Estadual 10.099 – Aprova o Plano Estadual de Educação
- Resolução nº 27/2010 do Conselho Estadual de Educação – Estabelece Normas para Educação Básica no Sistema Estadual
- Resolução nº 03/98 do Conselho Nacional de Educação – Institui as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio
- Resolução nº 108/2016 do Conselho Estadual de Educação – Aprova a Estrutura Curricular Estadual.
- Resolução nº 118/2016 do Conselho Estadual de Educação – Aprova o Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual do Maranhão
- Resolução nº 76/2014 do Conselho Estadual de Educação – Aprova as Diretrizes Curriculares Estaduais.
- E principalmente a **Portaria Nº 2. 343, de 11 de dezembro de 2017**, que estabelece a Sistemática de Avaliação da Aprendizagem para Rede Estadual de Ensino do Maranhão.

Com base nas orientações normativas algumas definições são importantes e caracterizam os processos de avaliação das escolas da rede estadual de ensino:

É preciso superar as práticas avaliativas tradicionais em que a nota é o mais importante no processo de avaliar, por vezes até é “moeda” de troca, em que tudo que se faz vale “ponto na nota”. Faz-se necessário o rompimento com a avaliação apenas classificatória e seletivista, isso é possível pois as pessoas mudam e os educadores contribuem na transformação dessa realidade.

A prática avaliativa fundamenta-se na visão de mundo daquele que avalia e no conhecimento dos educadores que definem e executam uma proposta educacional num dado momento histórico. O modo específico de conceber o conhecimento está intrinsecamente ligado à forma de condução da vida, das atividades profissionais e na forma de avaliar e conduzir o processo educativo. (BASTOS, 2015, p.41)

A avaliação é um processo diagnóstico, contínuo, cumulativo e sistemático, presente em todas as etapas do trabalho de construção do conhecimento vivenciado no contexto escolar.

Logo a avaliação da aprendizagem é sempre diagnóstica, pois é preciso entender as aprendizagens anteriores no trabalho curricular, as que ancoram os novos conhecimentos, assim como experiências e a realidade social dos estudantes, pois o currículo que parte de um suporte significativo tem mais possibilidade de ser desenvolvido na prática.

É contínua pois, a ação de avaliar perpassa por todo processo pedagógico que produz aprendizagens. Quando um ciclo de aprendizagens se conclui um novo se inicia, porque aprender e avaliar estão presentes no desenvolvimento constante da formação integral.

Por sua característica integradora, a avaliação tem característica curricular de sequenciação e cumulatividade. Um conhecimento dá suporte para outro e numa evolução de complexidade o currículo escolar avança num ano letivo e durante as séries da educação básica e de uma etapa para outra. Logo, a avaliação deve identificar as dificuldades e os progressos de aprendizagem em relação com o conhecimento que se quer desenvolver, além de diagnosticar as “lacunas de aprendizagem” que dificultam o desenvolvimento.

Se os conhecimentos precisam de um suporte anterior para que aconteça a agregação de novos conhecimentos é importante que se consolidem aprendizagens essenciais que sejam suporte para novas aprendizagens. Um exemplo: Se um estudante tem dificuldade em expressão numérica que envolva radiciação, muito provavelmente tem dificuldades com potenciação que é a operação inversa da radiciação. Se tiver dificuldades com potenciação, muito provavelmente terá dificuldade com multiplicação, pois a potenciação é a multiplicação de fatores iguais. A dificuldade com Multiplicação implicará em dificuldades para entender a soma, pois a multiplicação é a soma de parcelas iguais.

$$+ \longrightarrow x \longrightarrow a^2 \longrightarrow \sqrt{4}$$

A avaliação deve ser **formativa, mediadora, participativa, emancipatória, inclusiva e democrática** expressa no Projeto Político Pedagógico da Escola analisada de forma reflexiva, considerando seu aspecto balizador das práticas educativas.

A avaliação é formativa, pois até mesmo na escolha de um instrumento avaliativo, ela contribui para a formação humana integral. Cada instrumento avaliativo é orientado por valores, procedimentos e regras que precisam ser compartilhados, acordados e seguidos fielmente no sentido de cumprir não só uma função pedagógica, mas social e relacional.

A avaliação deve ser formativa, mediadora, participativa, emancipatória, inclusiva e democrática.

A característica mediadora da avaliação é oriunda da compreensão vigotskyana que há fatores mediadores à aprendizagem. O professor é o parceiro mais experiente e mediador do estudante à aprendizagem proposta, contudo, se observarmos o processo pedagógico, a avaliação também assume papel de mediação por ter caráter diagnóstico e interventivo. O diálogo é imprescindível no ato amoroso da avaliação mediadora.

O entendimento que a avaliação deve ser colaborativa, participativa com o processo de aprendizagem coloca em foco o papel do protagonismo estudantil. Os estudantes devem fazer parte das avaliações não só como aquele que é avaliado, mas como o que participa de todos os acordos relativos a escolha de instrumentos, entendimento da lógica de aferição de notas, uso dos resultados como diagnóstico de sua própria aprendizagem e agente crítico de todo processo em que está envolvido.

Por vezes a prática avaliativa escolar é autoritária e coercitiva, um instrumento de pressão e opressão. Sentimentos de medo, apreensão, insegurança, advindos de situações de injustiça, castigo ou a “marcação” são muito comuns na hora dos momentos avaliativos. Isso deve ser desfeito sob a premissa de que a avaliação é emancipatória e inclusiva, sendo importante instrumento democrático de averiguação das aprendizagens. A avaliação deve portanto, possibilitar decisões sobre a aprendizagem por parte do estudante, para que o mesmo desenvolva capacidades autônomas e de responsabilidade pelos resultados de suas escolhas.

3. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR:

A avaliação do rendimento escolar tem por objetivo diagnosticar, registrar e redimensionar a aprendizagem dos estudantes, respeitando suas especificidades e os níveis de desenvolvimento, possibilitando a autoavaliação dos envolvidos no processo educativo, levando-os à reflexão quanto aos procedimentos necessários para efetivação das aprendizagens.

A avaliação deve subsidiar todas as etapas do planejamento escolar de forma a oportunizar escolhas pedagógicas diferenciadas que resultem em melhores resultados de aprendizagem discente.

A avaliação deve ser realizada mediante o compromisso da escola e de seus profissionais com a aprendizagem dos estudantes enquanto sujeitos do processo educativo e deve ser concebida numa perspectiva democrática e de autonomia da unidade de ensino, a partir das normas já instituídas, cuja vivência seja marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da responsabilidade com o coletivo, da mediação e da participação.

A avaliação deve oportunizar os vários olhares sobre o desempenho discente o que implica que os instrumentos a serem utilizados para a verificação da aprendizagem sejam diversificados e estejam em articulação com as competências e habilidades propostas pelos componentes curriculares, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação deve oportunizar os vários olhares sobre o desempenho discente o que implica que os instrumentos a serem utilizados para a verificação da aprendizagem sejam diversificados.

Por vezes o entendimento de aspectos qualitativos da avaliação são confundidos com o que a escola chamava de “aspectos não-cognitivos” como assiduidade, comportamento, participação, etc. No entanto, a LDBEN Nº 9.394/96 quando coloca a qualidade em preponderância no processo, diz respeito à qualidade intrínseca ao processo de avaliar, nessa perspectiva não há dissociação de aspectos cognitivos e não-cognitivos.

Qualidade na avaliação é verificada se respondermos algumas perguntas básicas, das quais destacamos:

- O instrumento avaliativo estava claro, sem pegadinhas e bem atrelado aos conteúdos que se propõe a averiguar?
- A definição da avaliação foi participativa, democrática e combinada com os estudantes com critérios curriculares?
- Ela cumpre bem seu papel diagnóstico?
- O processo avaliativo possibilita observar o desempenho do estudante em várias situações: grupo, individual, capacidades cognitivas e sociais?
- Ajuda o aluno a pensar e articular conhecimentos a partir de sua prática social?
- Está alinhada com o currículo de forma sequenciada e sistemática?

Logo os aspectos qualitativos da avaliação, refere-se a qualidade inerente aos processos avaliativos, bem como do detalhamento dos seus registros para a tomada de decisões pedagógicas no trabalho docente. Toda prática avaliativa deve partir da garantia da

equidade social em consonância com diferenças individuais e seus tempos de aprendizagem, sob a premissa da efetividade do acesso, permanência e sucesso escolar.

A relação entre o quantitativo e o qualitativo na avaliação é intrínseca

A relação entre o quantitativo e o qualitativo na avaliação é intrínseca. Quando dois estudantes alcançam a média 6,0, ambos alcançaram a mesma nota (quantitativo) mas não necessariamente a mesma qualidade de aprendizagem. Pois as diferenças individuais, os pontos de partida e chegada, os conhecimentos de ancoragem e as vivências inerentes à realidade social são determinantes na análise qualitativa do processo de aprendizagem expresso na nota (quantitativo) e nas decisões de intervenção docente.

A avaliação da aprendizagem deve estar inserida num contexto de aprendizagem significativa em que a prática social dos estudantes seja referência para ampliação dos saberes, pois tem característica investigativa e mediadora de novas aprendizagens pelos estudantes.

Logo, as concepções basilares da prática avaliativa da rede estadual corroboram com as expressas nas Diretrizes Curriculares Estaduais (2014) e com a concepção de currículo numa perspectiva histórico-crítica.

4. CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM – UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

As DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS – DCEs (2014) demarcam matrizes curriculares para os componentes curriculares do Ensino Fundamental e Médio. Recentemente, em 2017, a Secretaria Estadual de Educação - SEDUC encaminhou para todas as escolas ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO como um desdobramento das DCEs, por componente curricular, como uma das ações para o fortalecimento do Ensino Médio da rede no Plano MAIS IDEB, outrora uma solicitação dos professores nas ESCUTAS PEDAGÓGICAS realizadas em todas as Unidades Regionais de Educação. Esses documentos devem orientar a prática avaliativa das escolas estaduais.

Nas DCEs e nas ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO distribuídas aos professores foram definidas aprendizagens essenciais de cada componente curricular, por série do ensino médio. A partir de 2018 esse documento orientará as escolas em seus planejamentos, assim como, a prática avaliativa em consonância com a prática social dos

estudantes e da escola. As aprendizagens essenciais compõem os critérios avaliativos que deverão ser trabalhados com os estudantes.

Ainda nessa perspectiva, torna-se importante o método didático que orientará os trabalhos de produção do conhecimento. De acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais,

O método didático nas etapas de problematização, instrumentalização, catarse e síntese, tendo a prática social (conhecimento prévio, o contexto social, experiências do cotidiano) como o ponto de partida e chegada.

torna-se clara a definição de um método de inspiração dialética como fio condutor das práticas pedagógicas das escolas estruturado nas etapas de **problematização, instrumentalização, catarse e síntese**, tendo a **prática social** (conhecimento prévio, o contexto social, experiências do cotidiano) como

ponto de partida e de chegada do processo de ensino fundamentado no entendimento histórico-crítico da realidade.

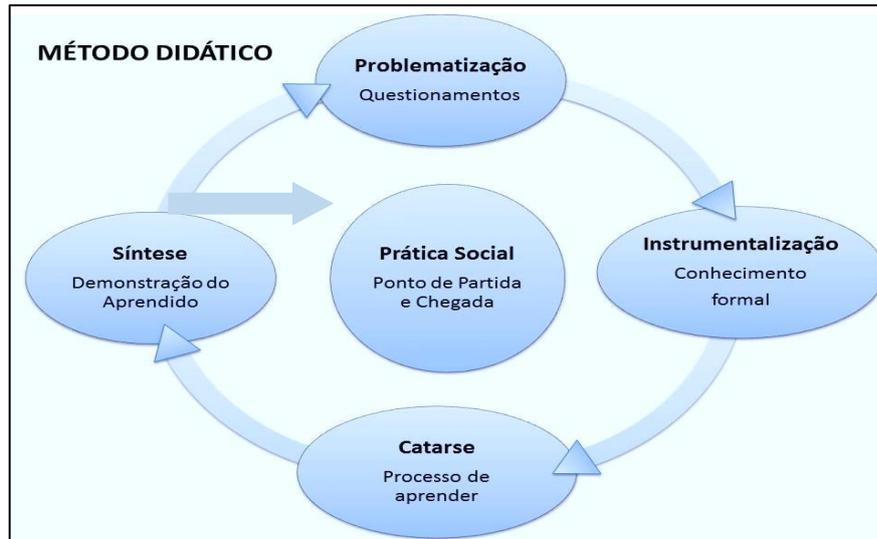
Os atributos da aprendizagem dos alunos estão diretamente vinculados ao tipo de método utilizado no processo de ensino, como descrevem as Diretrizes Curriculares Estaduais:

Enquanto os conteúdos dizem respeito a “o quê” aprender, o método se reporta ao “como” aprender, sendo que a mesma lógica se aplica ao ensinar. Em síntese, o método didático diz respeito à forma de fazer o ensino acontecer para que a aprendizagem se efetive do modo esperado. (MARANHÃO, 2014, p. 23).

Considerando tal premissa, é possível afirmar que o método didático perpassa por todas as etapas da ação pedagógica. O método didático está intimamente vinculado às expectativas educacionais, à compreensão do papel social e específico da escola e à concepção de aprendizagem. O método, então, “explicita o movimento do conhecimento como passagem do empírico ao concreto, pela mediação do abstrato. Ou a passagem da **síntese à síntese**, pela mediação da análise” (SAVIANI, 2005, p.142).

Isso significa dizer que o professor, enquanto mediador do processo de ensino e aprendizagem, deve levar em consideração os conhecimentos que os estudantes já trazem para a sala de aula, o que possibilitará realizar uma problematização como ponto inicial da organização pedagógica. Logo, a sala de aula passa a ser um ambiente de diálogo investigativo.

O método didático, na perspectiva dialética, estrutura-se segundo o infográfico:



❖ **Prática social – conexão com a vida dos estudantes**

A prática social é o eixo do trabalho pedagógico em torno do qual a aprendizagem e o ensino se movimentam. Nesse sentido, é possível dizer que a prática social é o ponto de partida e é o ponto de chegada do processo de ensino, considerando que o trabalho pedagógico tem como finalidade ampliar a compreensão sobre os elementos, nexos, inter-relações, contradições e fundamentos que constituem a realidade social.

A avaliação nesse ponto é diagnóstica e responde a pergunta: o que da prática social é relevante para o trabalho curricular nas aulas?

❖ **Problematização - questionamento e investigação científica**

Para que um conhecimento seja aprendido e recriado, necessariamente, deve haver um movimento de levantamento de conhecimentos prévios em torno daquilo que interessa ao estudante, que será evidenciado pelo professor de forma intencional, tendo em vista os conhecimentos das disciplinas do currículo obrigatório.

O papel do professor será o de motivar, desafiando o estudante a buscar respostas para além do senso comum. A problematização é um processo de sensibilização, esta etapa é fundamental para o estreitamento entre os conhecimentos da prática social e o currículo que se pretende desenvolver. De acordo com Gasparin (2013, p.35), “a problematização tem como finalidade selecionar as principais interrogações levantadas na prática social a respeito de determinado conteúdo”.

A problematização visa despertar a imaginação, fertilizando-a por meio de perguntas instigadoras a respeito de opiniões ou crenças sobre o tema em discussão. Desse modo, as

atividades que envolvem vivências, cenários, personagens, notícias, informações, imagens, sons e dinâmicas em torno de um tema, dentre outros, são procedimentos adequados na referida etapa.

A problematização permite ir além do sentido comum e aparente das coisas, assim como por em questão a multiplicidade e variação das opiniões dos/as alunos/as. Destaca-se, então, o papel do/a professor/a que deve estimular o aparecimento do maior número de perguntas. Sua intervenção se faz necessária melhorando o sentido das perguntas, explicitando melhor as que não foram bem formuladas, agrupando-as quanto aos aspectos comuns ou divergentes. (MARANHÃO, 2014, p. 34)

Nessa perspectiva, a problematização é uma etapa que exige de docentes e discentes um novo olhar, de preferência investigativo e crítico, diante do que está posto, estruturado e concebido como verdade absoluta, ou até mesmo verdade desconhecida ou conhecida superficialmente.

A avaliação nesse ponto é investigativa e deve proporcionar caminhos para que se resolvam os problemas propostos.

❖ **Instrumentalização – acesso ao conhecimento curricular**

Após a problematização, temos um momento propício para o acesso aos conhecimentos formais do currículo escolar com vistas à elucidação das hipóteses e dúvidas levantadas pelos estudantes e professores. O objetivo é transformar e aprimorar aqueles conhecimentos espontâneos da prática social, em confronto permanente com os conhecimentos científicos construídos pelo conjunto da humanidade.

Assim, compete ao educador buscar os instrumentos didaticamente necessários para que o jovem obtenha respostas acerca de suas indagações e inquietações.

Para tanto, o professor deve organizar principalmente os conteúdos científicos das disciplinas, além dos conteúdos dos temas sociais, a que culminará em um processo de mediação daquilo que o aluno ainda não sabe fazer ou conceber sozinho, para um nível mais elevado de autonomia intelectual (MARANHÃO, 2014, p. 34).

A instrumentalização é um processo em que o estudante necessitará da orientação e direcionamento didático do educador, assumindo seu papel como facilitador e mediador, interagindo ainda com os outros estudantes estabelecendo parcerias no ambiente heterogêneo da sala de aula. A pesquisa nesse processo é de fundamental importância para que se encontrem os conhecimentos científicos necessários para elucidação das situações problemas.

O educador, então, deve planejar boas situações de aprendizagem, que sejam interessantes e organizadas didaticamente, além de propor pesquisas, leituras, estudos, consultas e trocas de experiências e saberes que respondam aos novos desafios da estruturação de conceitos científicos.

A avaliação na instrumentalização é diagnóstica e aponta os conteúdos básicos para fixação de novas aprendizagens. Assim como a observação deve permear toda a metodologia de trabalho de apresentação dos conteúdos para que o professor se certifique que foi a mais apropriada para o trabalho pedagógico, ou se será preciso mudar.

❖ **Catarse – processo de apreender**

A partir da busca pelo conhecimento para explicação racional e coerente da situação problema, vai acontecendo a aprendizagem na medida em que o estudante toma consciência e redireciona e desenvolve novos significados, a partir dos conceitos que formula. Nesse momento é que o professor deve acompanhar as aprendizagens que se expressam nos argumentos, nos registros dos estudantes sobre o conteúdo, por meio da elaboração teórica na explicação de fatos naturais, culturais, econômicos e históricos. As Diretrizes Curriculares Estaduais reafirmam que:

Na catarse, o/a aluno/a está confortável para expressar seus pensamentos e ideias, decorrentes das etapas anteriores. Nessa etapa, o/a aluno/a expressa uma nova maneira de ver os conteúdos e a prática social. Confirmada a ocorrência da síntese mental, será realizada a última etapa. Caso contrário, faz-se necessário rever as etapas anteriores. (MARANHÃO, 2014, p. 34)

❖ **Síntese - demonstração prática do que foi aprendido pelos estudantes**

O ciclo de aprendizagem que se origina na prática social do estudante passa por problematizações, perpassa pela proposição de atividades pedagógicas que incentivam a pesquisa e a apreensão de conceitos científicos oriundos dos conteúdos, culminando na constituição de significados que são, de alguma forma, registrados e expressos.

No ato de sintetizar, observam-se os conteúdos e conceitos aprendidos pelos estudantes como forma de intervenção na própria prática social. Afinal, o que aprendemos tem uma função social a cumprir, ser usado para transformar a própria existência humana e seus problemas sociais.

É um momento de triunfo, de chegada, de sentir-se socialmente atuante, seguro e mais independente em relação à dependência de ter um mediador, porque consegue externar os conhecimentos internalizados que respondem aos problemas relativos à

prática social, a qual inicialmente é uma e, no final, pode-se dizer que é e não é a mesma. (SAVIANI, 2008, p. 58).

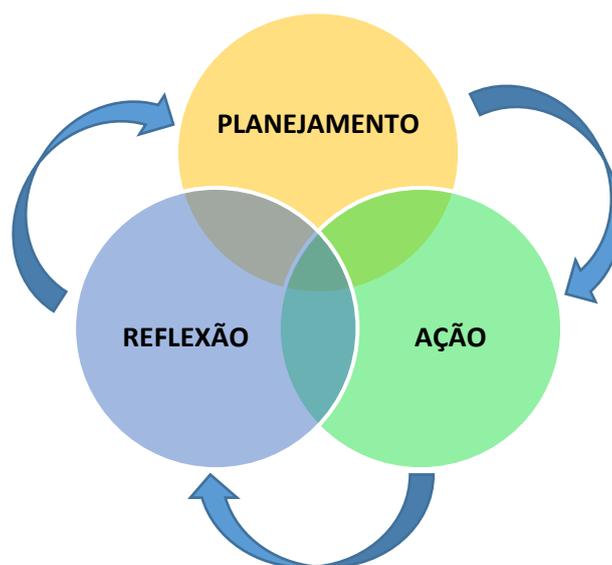
A prática social não se apresenta fragmentada; logo, o método proposto já reitera uma organização curricular articulada e interdisciplinar. Logo, esta rede de ensino propõe a superação de um trabalho com os conhecimentos desenvolvidos de forma isolada e orienta a organização e integração dos diversos conteúdos em áreas de conhecimento.

Na etapa da síntese, é indispensável a realização de atividades escritas, com registros das aprendizagens durante o processo. Assim, o estudante estará preparado para a elaboração de conceitos, desenvolvimento de atitudes e procedimentos, que possibilitem ao professor avaliar a passagem do pensamento do senso comum para o científico, condição essencial para que a escola cumpra a sua função social.

A síntese é o resultado expresso das aprendizagens, logo precisa ser analisado minuciosamente. Nessa etapa o instrumento avaliativo deve também ser submetido a avaliação.

5. ETAPAS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA

Podemos definir três etapas na organização de qualquer ação pedagógica na escola: **planejamento, ação e reflexão**. Discorreremos agora sobre essas etapas, de forma didática, entendendo que não são subsequentes, mas que ocorrem, por vezes, de forma simultânea e integrada.



Tudo começa com Planejamento

Por compreender a importância do planejamento, ressalta-se a necessária realização deste no ambiente escolar, estabelecendo mediações entre o conhecimento científico e o conhecimento oriundo da prática social entre as áreas de conhecimentos, disciplinas e temas integradores.

Nesse entendimento, o trabalho docente é definido pelo método didático na perspectiva dialética, que é fundamental na organização das práticas pedagógicas da escola, pois, além de definir a forma de organização e de abordagem dos conteúdos escolares, evidencia os direitos de aprendizagens.

Considerando uma boa organização pedagógica, o planejamento docente é indispensável e obrigatório, envolvendo, minimamente, dois momentos de construção de planos: o **Plano Anual de Ensino**, construído no início do ano letivo, e o **Plano de Atividade Docente** (plano de aula), que pode ser quinzenal ou mensal, de acordo com a definição da escola.

Plano Anual de Ensino - Os planos de ensino devem ser organizados por áreas de conhecimento e realizados no âmbito escolar, devendo conter os elementos essenciais à organização do processo de aprendizagem e de ensino em cada período do ano letivo, bem como as aprendizagens esperadas, os conteúdos a serem trabalhados, as metodologias de ensino, as formas e os instrumentos de avaliação.

Plano de Atividade Docente (Aula) - Os planos de aula devem orientar o professor na prática pedagógica diária, ressaltando, no método de ensino, a aprendizagem esperada, a problematização inerente à prática social dos alunos, a instrumentalização que compreende o conteúdo, procedimentos metodológicos e recursos necessários no desenvolvimento da aula e, ainda, a avaliação da aprendizagem no que tange à forma e instrumentos avaliativos.

É necessário que o Plano Anual de Ensino e, conseqüentemente, o Plano de Aula sejam elaborados por área de conhecimento e realizados no ambiente escolar. Isso demanda uma reorganização escolar com definições acordadas em reuniões de planejamento.

❖ PLANEJAMENTO NA ESCOLA – O QUE FAZER PROFESSOR?

- Elaborar o planejamento anual por série;

- Elaborar o planejamento bimestral e/ou mensal e seus desdobramentos para o cotidiano de sala de aula;
- Identificar as interfaces do trabalho com as demais séries (o que pode ser trabalhado de forma integrada);
- Elaborar rotinas de trabalho - plano de aula;
- Avaliar permanentemente o que foi planejado, o que foi desenvolvido e as aprendizagens alcançadas pelos estudantes;
- Identificar os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem e coletivamente com a equipe escolar, planejar o apoio pedagógico necessário;
- Ajustar o ensino às possibilidades de aprendizagem dos estudantes, considerando o trabalho integrado das séries na seleção de conteúdos e definição do tratamento metodológico que poderá ser desenvolvido;
- Participar dos encontros de formação continuada, contribuindo para a reflexão sobre os problemas e desafios apresentados pelo grupo, compartilhando suas experiências e dúvidas contribuindo, assim, para o fortalecimento do trabalho coletivo na escola.

❖ **AÇÃO – REFLEXÃO – AÇÃO**

A ação reflexiva no processo de ensino e aprendizagem é claramente notada quando se identificam os desafios que surgem na prática em relação com o que foi planejado. Isso é absolutamente natural, o que é planejado nem sempre se concretiza, surgem novidades e imprevistos, que mudam os caminhos e nos provocam novos encaminhamentos. Logo, a reflexão deve estar presente em todo processo pedagógico.

As respostas a esses desafios fazem parte do dia a dia, culminando num vasto repertório curricular e de práticas avaliativas que sintetizam explicações sobre o que realmente aconteceu no processo e no resultado da ação que seria a aprendizagem discente.

Como educadores, nosso “lugar” na sociedade facilita o trabalho reflexivo, e, ainda, nossa posição nos constrange à reflexão, sob pena de perpetuarmos o que já existe indefinitivamente. O que nos difere dos demais é justamente a possibilidade de pensar novas lógicas, estabelecer coerências sistemáticas, relacionar o que vivemos com a própria história do pensamento e transformar tudo isso em “ação-reflexão-ação”. (BASTOS, 2015, p.89).

Identificar os desafios pressupõe a definição de estratégias inusitadas, superação de limites, conquistas pessoais, relação entre conhecimentos, autonomia investigativa, pesquisa

científica investigativa e uma infinidade de aprendizagens que atendem bem às expectativas da atualidade.

A prática reflexiva que envolve o currículo escolar e, conseqüentemente, a avaliação da aprendizagem não pode perder de vista a ação educativa mais global que se reflete no cotidiano escolar e retorna ao contexto, como uma versão mais elaborada cientificamente. Avaliar é sempre demarcar referências num processo mais amplo de formação humana. Nesse sentido, avaliar assume um caráter informativo e formativo, que traduz seu aspecto qualitativo.

6. INSTRUMENTOS AVALIATIVOS

O currículo e avaliação precisam ser concebidos numa dimensão indissociável, pois as aprendizagens a serem desenvolvidas são as que devem ser avaliadas. Numa primeira abordagem, a avaliação seria mediadora do processo de ensino e de aprendizagem e teria como papel fundamental saber em que medida os direitos de aprendizagem estão sendo alcançados, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades.

No entanto, avaliar aprendizagens e o desenvolvimento de competências e habilidades como direitos dos estudantes exige a desconstrução de práticas históricas de avaliação, que ainda são centradas na prova como principal e único instrumento, ou seja, avaliações pontuais. Práticas equivocadas focadas em medir, com ênfase na recuperação da nota e não na aprendizagem, ações onde ensinar e avaliar são concebidos de forma dicotômica, cujas funções são classificar, comparar e selecionar estudantes.

A Rede Estadual de Ensino concebe que as concepções orientadoras da prática avaliativa estão de acordo com as definidas nas Diretrizes Curriculares Estaduais (2014) e com a concepção de currículo numa perspectiva histórico-crítica.

Nossas considerações têm, entre outras referências, o conceito de avaliação de Lukas Mujika e Santiago Etxebarria (2009, p. 91), para os quais avaliação é o processo de identificação, coleta e análise de informações relevantes – que podem ser quantitativas ou qualitativas - de modo sistemático, rigoroso, planejado, dirigido, objetivo, fidedigno e válido para emitir juízos de valor com base em critérios e referências, preestabelecidos para determinar o valor e o mérito do objeto educacional em questão, a fim de tomar decisões que

ajudem a aperfeiçoar o objeto mencionado. Ou seja, a avaliação tem como referência fundamental a tomada de decisão com foco fundamental na aprendizagem.

Com efeito, a prática avaliativa exige um olhar reflexivo e investigativo do professor como postura permanente ao longo desse processo sobre as aprendizagens, em diferentes momentos, com referência sempre na necessidade de reajustamento metodológico tendo em vista a aprendizagem do estudante.

Os processos de ensino-aprendizagem e avaliação devem instigar no estudante a reflexão, o pensamento, o raciocínio permanentemente em situações desafiadoras que não apenas proporcionarão elementos de análise ao professor, mas também ensinarão o aluno a refletir sobre seu próprio desempenho, pela vivência constante, em que suas capacidades sejam testadas e desenvolvidas. Assim, a apresentação de um seminário, a resolução de um teste de múltipla escolha, por exemplo, podem se configurar tanto num processo de aprendizagem quanto de avaliação, pois o olhar investigativo do professor analisará habilidades e conhecimentos manifestados nestas situações.

Nesse aspecto, entende-se que o uso de apenas um instrumento para a avaliação ou a predominância de um deles é demasiado insuficiente para avaliar a complexidade das capacidades e aprendizagens requeridas nos diversos componentes curriculares. Portanto, é certo afirmar que, quanto maior a diversificação dos instrumentos para a avaliação, melhores condições o professor terá para verificar diferentes aprendizagens e aptidões dos estudantes.

A utilização das estratégias e instrumentos deve estar sempre condicionada e adequada ao contexto, aos objetivos e aos critérios de avaliação do componente curricular e às competências que o professor deseja avaliar. Alguns instrumentos avaliam melhor determinadas habilidades que outros.

Para o novo Ensino Médio, a Lei 13.415 que altera a LDB Nº 9.394/96, em seu Art. 35-A, § 8º cita alguns exemplos de instrumentos avaliativos e sua função organizativa:

A nova LDB no Art. 35-A, § 8º assevera que os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativas serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, (...) (BRASIL, 2017)

(...) os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativas serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, (...) (BRASIL, 2017).

Logo, o professor pode se instrumentalizar de pré-testes, provas escritas e orais, trabalhos, pesquisas em duplas ou grupos, relatórios ou trabalhos escritos individuais ou em grupos, seminários, questionários para grupos, estudos de caso, portfólio individual ou coletivo, webquests e outras atividades on-line e autoavaliação, tendo como postura máxima a observação investigativa.

Cabe ao professor do componente curricular definir os instrumentos que serão utilizados para melhor acompanhar o processo de aprendizagem de seus alunos. Não existem instrumentos específicos de avaliação capazes de detectar a totalidade do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. É diante da limitação de cada instrumento de avaliação que se faz necessário pensar em instrumentos diversos e mais adequados para que, juntos, cumpram com a complexidade do processo de aprender.

Os instrumentos avaliativos, quando de sua elaboração e aplicação, devem considerar os objetivos gerais propostos e conteúdos básicos de cada componente curricular, observando a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Abaixo, podem-se resumir algumas das principais estratégias e instrumentos avaliativos com algumas definições e orientações para o seu desenvolvimento.

6.1 Observação Investigativa

Essa postura visa à análise do desempenho do aluno com base em fatos do cotidiano escolar ou em situações planejadas que possibilitem seguir o desenvolvimento do aluno e obter informações sobre as áreas afetiva, cognitiva e psicomotora.

Esta estratégia auxilia o professor a perceber como o aluno constrói o conhecimento, seguindo de perto todos os passos desse processo em construção.

Para evitar que a observação aconteça sem critérios ou se confunda com mera atribuição de nota com base em uma observação pontual, é importante que o professor considere dados fundamentais no processo de aprendizagem e se utilize de registros/fichas e faça anotações periodicamente, no momento em que ocorrem os fatos, evitando generalizações e julgamentos subjetivos.

Outro aspecto importante é a atenção devida à participação em sala de aula. Trata-se de analisar o desempenho do aluno em fatos do cotidiano da sala de aula ou em situações planejadas.

Esta ação permite que o professor perceba como o aluno constrói o conhecimento, já que é possível acompanhar de perto todos os passos desse processo. Reforçamos que é necessário que o professor faça anotações no momento em que os fatos ocorrem, ou logo em seguida, para que sejam evitadas as generalizações e os julgamentos com critérios subjetivos. Desta forma, habilita o professor a elaborar intervenções específicas para cada caso e novas ações sempre que julgar necessário.

A observação exige do professor:

- Elencar o objeto de sua observação (um aluno, uma dupla, um grupo etc.);
- Elaborar objetivos claros (descobrir dúvidas, avanços etc.);
- Identificar contextos e momentos específicos para análise (durante a aula, no recreio etc.);
- Estabelecer formas de registros apropriados (vídeos, anotações etc.).

6.2 Registro /fichas

As fichas ou registros em geral têm como função acompanhar o processo educativo vivido por alunos e professores. Por intermédio desse registro, tornar-se-á possível realizar uma análise crítica e reflexiva do processo de aprendizagem.

As fichas podem auxiliar o professor a comparar as anotações do início do ano com os dados mais recentes para perceber o que o aluno já realiza com autonomia e o que ainda precisa de acompanhamento.

Os instrumentos de registro, em geral, servem como uma lupa sobre o processo de desenvolvimento do aluno e permitem a elaboração de intervenções específicas para cada caso. Ainda, contribuem para que os dados significativos da prática de trabalho não se percam e permitam aos educadores perceberem e analisarem ações e acontecimentos, muitas vezes despercebidos no cotidiano escolar.

Os instrumentos avaliativos, quando de sua elaboração e aplicação, devem considerar os objetivos gerais propostos e conteúdos básicos de cada componente curricular, observando a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Alguns recursos podem ser utilizados, dentre eles:

A. Caderno de Campo do professor: registro de aulas expositivas, anotações em sala de aula, projetos, relatos, debates, etc. Pode conter anotações para cada grupo de alunos: anotações periódicas sobre acontecimentos significativos do cotidiano escolar;

B. Diário de Classe - SIAEP: registro de caráter obrigatório que professores fazem para fins pedagógicos e legais;

C. Arquivo de atividades: coleta de exercícios e produções dos alunos, datadas e com algumas observações rápidas do professor. Esse arquivo serve como referência histórica do desenvolvimento do grupo;

6.3 Prova Objetiva

Esse tipo de prova mais objetiva caracteriza-se por ser uma série de perguntas diretas, com apenas uma resposta possível. Esta prova possibilita avaliar quanto o aluno apreendeu sobre dados singulares e específicos do conteúdo em meio a analogia.

É uma estratégia utilizada com frequência pelos professores e poderá abordar grande parte do que o professor trabalhou em sala de aula. No entanto, requer atenção, pois pode ser respondida ao acaso ou de memória e sua análise não permite por si só constatar quanto o aluno adquiriu de conhecimento.

Para tanto, é importante que o professor selecione os conteúdos e habilidades que quer avaliar para elaborar as questões e faça as chaves de correção, elaborando as instruções sobre a maneira adequada de responder às perguntas. Para isso, é indispensável que o professor liste os conteúdos que os alunos precisam estudar, aplique estratégias que facilitem associações, como: listas agrupadas por ideias, relações com elementos gráficos e ligações com conteúdos já assimilados, tendo como foco fundamental as capacidades que deseja avaliar ou desenvolver.

Circunstancialmente, o professor pode submeter os estudantes a testes orais, pois, dessa forma, os estudantes expõem individualmente seus pontos de vista sobre tópicos do conteúdo ou resolvem problemas em contato direto com o professor, sendo bastante útil para desenvolver a oralidade e a habilidade de argumentação.

6.4 Prova Discursiva

Caracteriza-se por apresentar uma série de perguntas (ou problemas, ou temas, no caso da redação), que exijam capacidade de estabelecer relações, de resumir, analisar e julgar. Avalia a capacidade de analisar um problema central, abstrair fatos, formular ideias e redigi-

las: permite que o aluno exponha seus pensamentos, mostrando habilidades de organização, interpretação e expressão.

O professor precisa definir o valor de cada pergunta, atribuir pesos referentes à clareza das ideias, a capacidade de argumentação e conclusão. Se o desempenho não for satisfatório, o professor deve criar experiências e motivações que permitam ao aluno chegar à formação dos conceitos mais importantes.

Eventualmente, o professor pode possibilitar a prova com consulta. Admitindo-se, pois, a consulta de livros ou apontamentos para responder. Se bem elaborada, a prova com consulta pode permitir que o aluno demonstre não apenas o seu conhecimento sobre o conteúdo objeto da avaliação, mas ainda a sua capacidade de pesquisa, de buscar a resposta correta e relevante, além de sua sistematização.

6.5 Seminário

O seminário caracteriza-se pela exposição oral, utilizando a fala e materiais de apoio adequados ao assunto. Trata-se de uma estratégia de ensino e avaliação vantajosa, por possibilitar a transmissão verbal das informações pesquisadas de forma eficaz e contribuir para a aprendizagem do ouvinte e do expositor. O seminário sempre se associa a outras estratégias, pois exige pesquisa, planejamento, registros, debate, organização das informações e visa a desenvolver a oralidade em público.

Para realização dessa estratégia, é importante conhecer as características pessoais de cada aluno para evitar comparações na apresentação, desconsiderando a evolução de um tímido em relação aquele aluno desinibido.

O professor deve ajudar na delimitação do tema, fornecendo bibliografia e fontes de pesquisa, esclarecendo os procedimentos apropriados de apresentação, definindo a duração e a data dessa apresentação, solicitando relatório individual e registros de todos os alunos.

É tecnicamente viável que o professor atribua pesos à abertura, ao desenvolvimento do tema, aos materiais utilizados e à conclusão do trabalho. É fundamental que se estimule a classe a fazer perguntas, emitir opiniões, fazendo circular informações ampliando assim o conhecimento do grupo.

Quando as apresentações não forem satisfatórias, o professor deve planejar atividades específicas que possam auxiliar no desenvolvimento dos objetivos não atingidos.

6.6 Trabalho em grupo

É todo tipo de produção realizada em parceria pelos alunos, sempre orientadas pelo professor. Atividades de natureza diversa (escrita, oral, gráfica, corporal etc.)

Estimula os alunos à cooperação e realização de ações conjuntas, propiciam um espaço para compartilhar, confrontar e negociar ideias. É necessário que haja uma dinâmica interna das relações sociais, mediada pelo conhecimento, potencializada por uma situação problematizadora, que leve o grupo a colher informações, explicar suas ideias, saber expressar seus argumentos.

Permite um conhecimento maior sobre as possibilidades de verbalização e ação dos alunos em relação às atividades propostas.

É necessário considerar as condições de produção em que ocorrerão: o tempo de realização, o nível de envolvimento e de compromisso dos alunos, os tipos de orientações dadas, as fontes de informação e recursos materiais utilizados.

O trabalho em grupo favorece o desenvolvimento do espírito colaborativo e a socialização, possibilitando o trabalho organizado em classes numerosas e a abrangência de diversos conteúdos.

É importante ressaltar que propor o trabalho em grupo para os alunos não é deixá-los desassistidos ou sem apoio. É indispensável que o professor proponha uma série de atividades relacionadas ao conteúdo a ser trabalhado, fornecendo fontes de pesquisa, ensine os procedimentos necessários e indique os materiais básicos para a consecução dos objetivos.

O professor deve observar, ainda, se houve participação de todos e colaboração entre os colegas, atribuindo valores às diversas etapas do processo e ao produto final. Em caso de problemas de socialização, é recomendada a organização de jogos e atividades em que a colaboração seja o elemento principal.

6.7 Debate

Os debates são uma ótima alternativa de discussão em que os alunos expõem seus pontos de vista a respeito de assuntos polêmicos.

A ideia é que o estudante aprenda a defender uma opinião fundamentando-a em argumentos convincentes, desenvolva a habilidade de argumentação e a oralidade e aprenda a escutar opiniões diversas com um propósito.

Como o professor pode atuar como mediador?

- Defina o tema, oriente a pesquisa prévia, combine com os alunos o tempo, as regras e os procedimentos; mostre exemplos de bons debates;

- Ofereça oportunidades de participação a todos e não aponte vencedores, pois, em um debate, deve-se priorizar o fluxo de informações entre as pessoas;

- Estabeleça pesos para a pertinência da intervenção, a adequação do momento de uso da palavra e a obediência às regras combinadas;

- Solicite, ao final, relatórios ou produções que contenham os pontos discutidos, deixando previamente estabelecidos os critérios utilizados para avaliar.

Como proposta, se possível, o professor deve filmar a discussão para análise posterior.

6.8 Relatório ou Produções

Textos produzidos pelos alunos, individual e coletivamente, depois de atividades práticas ou projetos temáticos, são fundamentais como tarefa avaliativa, pois possibilitam averiguar se o aluno adquiriu conhecimento e se conhece as estruturas de texto.

Os textos possibilitam avaliar o real nível de apreensão de conteúdos depois de atividades coletivas ou individuais, como pesquisa, seminário e debates, por exemplo.

No entanto, o professor deve evitar julgar a opinião do aluno. O mais importante é que seja definido o tema e que a turma seja orientada sobre a estrutura apropriada (introdução, desenvolvimento, conclusão e outros itens que julgar necessários, dependendo da extensão do trabalho), o melhor modo de apresentação e o tamanho aproximado.

O professor deve estabelecer pesos para cada item que for avaliado (estrutura do texto, gramática, apresentação), bem como orientar os alunos sobre os critérios adotados para distribuição de pontos.

Caso algum aluno apresente dificuldade em itens essenciais, crie atividades específicas, indique bons livros e solicite mais trabalhos escritos.

6.9 Autoavaliação

Autoavaliação é uma análise realizada oralmente ou por escrito, em formato livre ou direcionado, que o aluno faz do próprio processo de aprendizagem. É importante porque

auxilia o aluno a desenvolver a capacidade de analisar suas aptidões e atitudes, pontos fortes e pontos fracos.

Contudo, a autoavaliação não deve ser entendida como uma mera valoração do próprio desempenho pelos estudantes. O aluno só se expressará livremente se sentir que há um clima de confiança entre o grupo e o professor e se essa estratégia for utilizada com critérios para ajudá-lo a aprender.

Assim, o professor deve fornecer ao aluno um roteiro de autoavaliação, definindo as áreas sobre as quais gostaria que ele discorresse, listando habilidades e comportamentos e pedindo para que ele indique aquelas em que se considera apto e aquelas em que precisa de reforço.

O professor deve utilizar esse documento ou depoimento como uma das principais fontes para o planejamento dos próximos conteúdos. Ao tomar conhecimento das necessidades do aluno, sugira atividades individuais ou em grupo para ajudá-lo a superar as dificuldades.

6.10 Conselho de Classe

Ouvir os professores das demais áreas sobre o desempenho dos estudantes é de suma importância para que o processo de ensino e aprendizagem se efetive. Assim, o conselho de classe auxilia professores a compartilhar informações sobre a classe e sobre cada aluno para embasar a tomada de decisões; favorece a integração entre professores; a análise do currículo e a eficácia dos métodos utilizados; e facilita a compreensão dos fatos com a exposição de diversos pontos de vista.

Os professores devem fazer sempre observações concretas e não rotulando o aluno; cuidando para que a reunião não se torne apenas uma confirmação de aprovação ou de reprovação.

Conhecendo a pauta de discussão e de posse de seus registros, todos devem apontar os itens que pretendem comentar. Todos os participantes devem ter direito à palavra para enriquecer o diagnóstico dos problemas, suas causas e soluções.

O resultado final deve levar a um consenso da equipe em relação às intervenções necessárias no processo de ensino-aprendizagem, considerando as áreas afetiva, cognitiva e psicomotora dos alunos.

O professor deve usar essas reuniões como ferramentas de autoanálise. A equipe deve prever mudanças tanto na prática diária de cada docente como também no currículo e na dinâmica escolar, sempre que necessário.

6.11 Atividades on-line

As atividades on-line são aquelas que estão relacionadas ao uso de ferramentas tecnológicas, sendo desenvolvidas por meio de computadores, telefone móvel ou outros e que estejam conectadas à internet.

Essas atividades deverão estar direcionadas à proposta curricular vigente, em conformidade com as competências e habilidades dos componentes curriculares afins e elaboradas por profissionais da educação que possuam conhecimento das ferramentas utilizadas, levando em consideração a idade cronológica dos usuários, seus interesses e suas necessidades, a partir da prática social.

Todas as atividades vivenciadas na escola podem ser on-line. Dessa forma, provas, exercícios, redações, apresentação de trabalhos em forma de vídeos, slides, jogos ou mesmo textos podem ser feitos fora do muro da escola e/ou entregues ao professor de forma presencial ou mesmo à distância, através de e-mail ou mesmo whatsapp.

A pesquisa direcionada para ampliação/complementação de aprendizagens e experiências também pode ser feita de forma on-line. Nessa perspectiva, a Plataforma Interativando (www.interativando.ma.gov.br) é um exemplo de espaço que agrega mais de 6 mil objetos digitais de aprendizados – ODA, de todos os componentes curriculares e que estão disponíveis, podendo ser um espaço de formação, para aqueles que buscam conteúdos específicos e de informação, para aqueles que querem saber dos projetos desenvolvidos pelas escolas, atores que fazem diferença nesse espaço e aos que procuram cursos de formação, todos gratuitos.

7. PRÁTICAS DOCENTES QUE FAZEM A DIFERENÇA NA SALA DE AULA

Pesquisas educacionais demonstram que faz diferença para a aprendizagem discente quando o professor em especial e a escola como um todo incentivam algumas práticas. Nesse sentido, elencamos alguns pontos que poderão ser considerados nas práticas pedagógicas nas escolas da rede estadual de ensino:

a) Quando o professor corrige as atividades avaliativas em sala de aula conjuntamente com os estudantes.

A prática avaliativa tradicional sempre considerou o erro como algo negativo e por vezes passível de punição. Como nosso sistema educacional brasileiro veio de um modelo de educação religiosa, o erro em paralelo ao pecado devia ser abandonado e punido com castigos físicos e sociais. Quantas pessoas apanhavam na escola com “palmatória” ou ficavam de “joelhos no milho” por conta de seus erros?

O erro, no entanto, deve ser considerado como uma hipótese em construção por parte do estudante que ainda não chegou a aprendizagem esperada, mas que tem significado importante para conhecermos o caminho cognitivo que o mesmo alcançou para resolver o problema proposto nas atividades avaliativas.

Retomar o erro numa perspectiva compreensiva tem contribuído para que a avaliação cumpra seu papel diagnóstico para retomada do trabalho com o currículo escolar (LUCKESI, 1994; HOFFMANN, 1991). É necessário que o professor esteja atento e constantemente investigando o que esse erro indica? Observe os exemplos:

EXEMPLO 1

Jorge e Vitor colecionam figurinhas os dois juntos tem 205. Jorge tem 77 figurinhas. Quantas figurinhas tem Vitor?

Caso a resposta encontrada seja $205 + 77 = 282$. A resposta não pode simplesmente ser desconsiderada, sem que se questione o estudante até que chegue ao raciocínio correto para responder o problema, realizando a operação inversa da adição: a subtração.

EXEMPLO 2

Uma TV LED de 42" está em promoção com 25% de desconto saindo por R\$ 1.599,00. Qual o valor da TV sem o desconto?

A resposta comum é calcular 25% em cima de 1.599. E não fazerem o cálculo inverso para saber o valor inteiro.

Esta é uma prática que favorece o estudante a entender seus equívocos e erros numa perspectiva positiva para retomar o processo de aprendizagem. Nos dois casos exemplificados observa-se que os estudantes operam com cálculos, contudo, não chegaram ao raciocínio correto quando o problema exige maior complexidade.

b) Quando os estudantes são submetidos a variados e diferentes instrumentos avaliativos

Cada instrumento avaliativo possibilita “um olhar” sobre a aprendizagem que está em desenvolvimento. Nenhum é completo em sua totalidade e suficiente para se fazer um juízo de valor sobre o que foi apreendido realmente pelo estudante. Por isso é necessário vários instrumentos para uma compreensão das várias dimensões da formação que estamos desenvolvendo com os estudantes.

Os olhares do professor sobre o processo pedagógico precisam ser ampliados. Um trabalho em grupo pode-se observar o desenvolvimento das aprendizagens envolvendo vários aspectos relacionais importantes. Já a prova é um instrumento válido para se avaliar o estudante individualmente sem muita interferência de terceiros. Cada instrumento tem também objetivos distintos sobre as aprendizagens.

c) Quando há critérios claros para instrumentos avaliativos

É importante deixar bem claro os aspectos que se quer avaliar com cada instrumento proposto e as medidas estabelecidas para se chegar a nota. A Clareza é muito importante no processo avaliativo. Não há nada mais frustrante na avaliação a insegurança e a incerteza na aplicação de instrumentos.

Orienta-se que a cada etapa de trabalho curricular os acordos em relação à avaliação sejam estabelecidos e realizados em conjunto com os estudantes deixando claro o sistema de aferição das notas, já que cada professor elege formas diferenciadas de avaliação.

d) Quando as provas/testes tem qualidade

A prova é o instrumento avaliativo mais utilizado pelos professores, contudo, nem sempre de qualidade do ponto de vista técnico e curricular.

O aspecto técnico implica em organização coerente das questões de prova. Cada questão deve possibilitar uma apreciação sobre as aprendizagens dos estudantes em determinado assunto curricular. Uma boa prova deve conter questões objetivas e subjetivas, pois essa variedade não cansa os estudantes e também possibilita desempenho de estruturas cognitivas diferenciadas e importantes para o desenvolvimento discente.

As questões objetivas devem ter enunciados claros, sendo baseados numa situação problema ou texto referência. As opções de resposta devem ser claras e representar os

caminhos de aprendizagem que o estudante pode percorrer para responder a questão. Não devem ser escolhidas aleatoriamente ou muito parecidas de modo a confundir os estudantes assemelhando-se às comuns “pegadinhas” que não apresentam sentido pedagógico algum.

8. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO – DO 4º ANO AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO.

8.1 Registros por meio de notas

Os registros das avaliações devem ser traduzidos em notas de **0 a 10**, em cada componente curricular por período letivo, resultantes da média aritmética simples das atividades avaliativas realizadas durante o processo.

Qualquer nota oriunda de média não terá arredondamento até a segunda casa decimal. Uma vez registrada, a média deve permanecer como descrita.

Estudante	Atividade 1	Atividade 2	Cálculo	Média
Paulo Marcos	7,0	6,5	$7,0 + 6,5 = 9,5 : 2 = 6,75$	6,75
Joana Andrade	8,5	7,75	$8,5 + 7,75 = 16,25 : 2 = 8,12$	8,12

O arredondamento será permitido apenas na média anual, utilizando a convenção estatística vigente, segundo o Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino. Veja exemplificação na tabela a seguir:

NOME	NP1	NP2	NP3	NP4	MA	RF	NTF
Paulo Marcos Silva	7,0	6,0	5,0	7,0	6,25 (6,0)	-	6,25 (6,0)
Monica Martins	5,5	6,75	7,0	8,0	6,81 (7,0)	-	6,81 (7,0)

Legenda:
 NP1 – Nota do Primeiro Período
 NP2 – Nota do Segundo Período
 NP3 – Nota do Terceiro Período
 NP4 – Nota do Quarto Período
 MA – Média Anual
 RF – Recuperação Final
 NTF – Nota Final

Analisando os dados da tabela anterior, constatamos que Monica Martins não teve arredondamento da nota do 2º período (6,75), mas a média anual foi adequadamente arredondada de 6,81 para 7,0, cumprindo-se o estabelecido pela Portaria Estadual. O aluno

Paulo Marcos também apresentou média anual com necessidade de arredondamento de 6,25 para 6,0.

As notas deverão ser resultantes da utilização de variados instrumentos avaliativos, como: testes, trabalhos individuais e em grupo, pesquisas e outros, que possibilitem diferentes olhares sobre a aprendizagem do estudante e devem constar no *Plano de Ensino Anual* do professor.

A seleção e elaboração dos instrumentos avaliativos devem considerar os objetivos delineados no *Plano de Ensino Anual* de cada componente curricular, alinhados ao *Projeto Político Pedagógico da Escola*.

A avaliação contínua, cumulativa e qualitativa da aprendizagem terá 04 (quatro) sínteses parciais por período letivo e 01 (uma) síntese conclusiva ou final no encerramento do ano letivo.

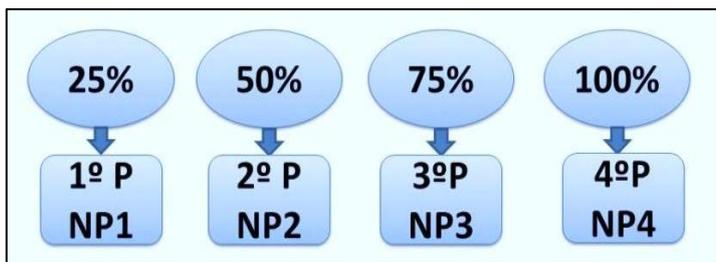
O *Boletim Escolar do Estudante*, com dados referentes ao rendimento e frequência escolar serão entregues aos próprios estudantes e aos pais e/ou responsável legal (em caso de menores de idade), por período letivo, em reunião específica, plantão pedagógico ou outra forma adotada pela escola e prevista no *Projeto Político Pedagógico* e *Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual do Maranhão*.

O estudante e seu responsável também terão acesso aos registros da avaliação da aprendizagem (notas, faltas, entre outros) por meio do Sistema Integrado de Administração das Escolas Públicas – SIAEP, pois a unidade de ensino deverá divulgar o código para o acesso.

A unidade de ensino deverá divulgar o código do aluno para acesso às informações e aos dados contidos no SIAEP.

8.2 Registros das avaliações parciais por período letivo

O que demarca os períodos letivos é a distribuição dos dias letivos em calendário escolar, correspondendo à oferta pela escola de 25%, 50%, 75% e 100% da carga horária prevista no ano escolar, demarcando-se as notas de cada período letivo. Veja o infográfico:



Em cada síntese parcial, referente a um período letivo, o estudante que obtiver o aproveitamento mínimo de 60% (sessenta por cento) que equivalente à nota 6,0 (seis) em cada componente da Matriz Curricular é considerado na média para o aproveitamento escolar.

Os resultados da verificação do rendimento escolar do estudante serão informados à coordenação pedagógica e/ou direção da escola ao final de cada período letivo (síntese parcial), dentro do prazo estabelecido no calendário escolar da unidade de ensino, em conformidade com os regulamentos referentes ao preenchimento do SIAEP (*Sistema Integrado de Administração de Escolas Públicas*).

Após cada período letivo, os resultados das avaliações, registro de frequência, conteúdos e instrumentos avaliativos trabalhados deverão ser digitados, pelo professor no SIAEP com a análise e conferência da coordenação pedagógica e/ou gestão da escola, obedecendo à Portaria¹ 705/2017.

Para cada período letivo será aplicado o mínimo de 02 (dois) instrumentos avaliativos, podendo variar para um número maior de acordo com a carga horária de cada componente curricular e com a orientação pedagógica do professor e apoio pedagógico.

O professor deve realizar o registro das notas, frequência e conteúdos no SIAEP, em tempo hábil, conforme regulamento próprio da rede de ensino, em conformidade com o Calendário escolar, preservando sempre a veracidade das informações, para não comprometer o prosseguimento de estudos dos estudantes e os trabalhos da escola. Caso não tenha acesso à internet, o professor deve fazer os registros manualmente em diário adaptado.

O Ensino Médio tem 1200 h anuais de carga-horária total. Por exemplo, caso o estudante alcance a metade (1/2) dos 25% de faltas permitidas nessa carga-horária anual total, ou seja, 150 faltas, o Conselho Tutelar deverá ser acionado para as devidas intervenções, enquanto houver tempo para evitar a reprovação por infrequência.

8.3 Síntese de Avaliação Final

Ao final do ano letivo, será considerado APROVADO o estudante que obtiver o aproveitamento mínimo de 60% (sessenta por cento), equivalente a nota 6 (seis) em cada componente da Matriz Curricular adotada pela Rede Estadual de Ensino, e frequência mínima de 75% da carga-horária total anual.

¹ A Portaria 705/2017 regulamenta o uso do Sistema Integrado de Administração da Escola Pública – SIAEP.

No Ensino Fundamental, Ensino Religioso, de oferta obrigatória pelas unidades escolares desta Rede de Ensino e de matrícula facultativa, uma vez cursado pelo estudante, constitui-se componente curricular que exige os mesmos critérios de aprovação e retenção atribuídos aos demais componentes da matriz curricular de organização do tempo escolar.

Caso o estudante obtenha rendimento satisfatório para aprovação, mas exceda o número de faltas permitido na LDB Nº 9.394/96 (Art. 24, Inciso VI), ou seja, seja ausente mais que 25% da carga-horária anual total, após deliberação do Conselho de Classe, será considerado reprovado por infrequência.

A fim de evitar reprovações por infrequência, mediante proposta de acompanhamento processual da vida escolar do estudante, faz-se mister que a coordenação e gestão escolar acompanhem os registros de frequência e infrequência junto aos professores e pelo SIAEP, detectando-se os casos que exigem intervenções junto aos alunos e respectivos responsáveis por reincidência de ausências injustificadas para além do limite estabelecido na LDB Nº 9.394/96.

Deve-se utilizar a ficha FICAI, instrumento de registro desse acompanhamento da infrequência, para que sejam providenciadas intervenções necessárias em tempo hábil.

Para ser aprovado, ao final do ano letivo, o estudante deve ter a média anual 6,0 (seis), resultante da média aritmética simples de cada período letivo:

$$\frac{NP1 + NP2 + NP3 + NP4}{4} = \text{Média Anual (MA)}$$

4

Veja exemplos na tabela a seguir:

NOME	NP1	NP2	NP3	NP4	MA	RF	NTF
<i>Paulo Marcos Silva</i>	7,0	6,0	5,0	7,0	6,0	-	6,0
<i>Monica Martins</i>	5,5	6,75	7,0	8,0	7,0	-	7,0
<i>Julia Caldas</i>	4,0	6,0	6,0	6,0	5,5	6,0	6,0
<i>Josué Caio Mateus</i>	3,5	4,0	5,0	6,0	5,0	5,0	5,0

Legenda:

NP1 – Nota do Primeiro Período

NP2 – Nota do Segundo Período

NP3 – Nota do Terceiro Período

NP4 – Nota do Terceiro Período

MA – Média Anual

FR – Recuperação Final

NTF – Nota Final

8.4 Estudos de Recuperação Obrigatórios

Em nível nacional, segundo a LDB Nº 9.394/96, os estudos de recuperação das aprendizagens são obrigatórios como prevê o art. 24, Inciso V, alínea E. Nesse mesmo artigo, indicam-se preferencialmente os estudos de recuperação paralela, não sendo obrigatória aos sistemas de ensino.

Em nível estadual, a Secretaria de Estado da Educação assevera em seu Regimento Escolar a obrigatoriedade da recuperação paralela e final disposta no Artigo 196 (MARANHÃO, 2016, pág. 52).

As instituições de ensino recebem da LDB, em seu Art. 12, Inciso V, a incumbência de “prover os meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento” (BRASIL, 2017). Os docentes são responsabilizados pela LDB em seu Art. 13, Inciso IV por “estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento” (BRASIL, 2017).

A nota da recuperação paralela só será registrada quando for superior àquela que se quer recuperar

Em ato normativo complementar, o Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino estabelece que:

*A recuperação terá por objetivo precípua corrigir os desvios e/ou insucessos ocorridos no processo de aprendizagem e ensino, momento em que os **professores/as** devem propor atividades de compreensão e consolidação da aprendizagem, utilizando diversos instrumentos avaliativos (MARANHÃO, 2016, pág. 52 **Grifo Nosso**).*

Dessa forma, as instituições de ensino, em trabalho integrado aos professores deverão oferecer estudos de recuperação paralela e final para estudantes com baixo rendimento, durante o ano letivo e com acompanhamento da Coordenação Pedagógica.

Considerando o caráter substitutivo, as notas oriundas de toda e qualquer atividade de recuperação paralela e/ou final devem substituir respectivamente a nota das atividades avaliativas do período e da média anual, exceto se a nota da recuperação for de valor inferior à nota referente às aprendizagens que se quer recuperar.

Pela obrigatoriedade, os processos de recuperação paralela e final exigem acompanhamento pedagógico dos planos de aula e dos registros de rendimento no SIAEP efetivados pelo professor e ainda, acompanhamento do percurso de aprendizagem dos alunos em uma relação dialógica e sistemática.

A) Recuperação paralela

Recuperação paralela é um direito garantido ao estudante e o professor deve agir intencionalmente, assim que verificar o baixo rendimento por meio do instrumento que foi aplicado, não devendo esperar para recuperar as aprendizagens não consolidadas somente no final do período.

Recuperação paralela é obrigatória na Rede Estadual de Ensino e é um direito garantido ao estudante, exigindo prática pedagógica interventiva e intencional, assim que o professor perceber o baixo rendimento do estudante no instrumento que foi aplicado.

Considerando que os conteúdos estão organizados sequencialmente, uma aprendizagem não consolidada pode prejudicar a aquisição das novas aprendizagens. Portanto, o trabalho de recuperação paralela é imediato, com vistas a solucionar em tempo hábil problemas com aprendizagens essenciais.

Logo, em cada instrumento avaliativo realizado em um dado período, o estudante que não obtiver o aproveitamento mínimo de 60% (sessenta por cento) o equivalente a nota 6 (seis) deve ser submetido a recuperação paralela imediatamente. Para tanto, o professor retomará explicações com metodologia diferenciada e em seguida, aplicará um outro instrumento capaz de verificar níveis de aprendizagem. A nota da recuperação paralela só será registrada quando for superior àquela que se quer recuperar e ao professor compete o registro das ações pedagógicas referentes às aprendizagens não consolidadas, tanto em diário eletrônico quanto em plano de aula.

Exemplo:

1º Período				
Instrumento Avaliativo 1 IA1	Recuperação Paralela RP1	Instrumento Avaliativo 2 IA2	Recuperação Paralela RP2	Nota do Período NP1
4,0	5,0	5,0	6,0	5,5

$$5,0 + 6,0 = 11,0$$

$$\text{Média} - 11,0 : 2 = 5,5$$

A recuperação paralela geralmente acontece espontaneamente na prática pedagógica na escola. Uma vez ministrada a aula o professor averigua as aprendizagens discentes com um instrumento avaliativo. Quando observa que grande parte não desenvolveu a aprendizagem

esperada imediatamente realiza a revisão do que foi dado com aplicação de outra forma de avaliação ou averiguação de aprendizagens, esse procedimento é recuperação paralela.

O que muda então? A possibilidade de registrar o trabalho realizado de recuperação. Importante entender que “recuperação” não é “repetir uma prova” ou instrumento avaliativo, passar por “recuperação” é vivenciar um processo de re-tomada de aprendizagens no desenvolvimento curricular. Em termos práticos a recuperação acontece com exercícios de revisão, aulas de revisão, trabalhos pedagógicos de apoio às aprendizagens, etc.

A recuperação paralela é um processo pedagógico pelos quais passam os estudantes que precisam de mais oportunidades e tempo de aprendizagens. Estratégias diferenciadas podem ser aplicadas como:

- exercícios e trabalhos em grupo ou em dupla com estudantes – observa-se em pesquisas atuais que o trabalho com “pares” em que um estudante mais experiente auxilia outro com mais dificuldade é muito positivo para o desenvolvimento de aprendizagens.

- pesquisa orientada – um trabalho orientado de pesquisa é importante para abrir novas possibilidades de aprendizagem e pode-se utilizar diferentes fontes inclusive a internet.

- revisões curriculares – uma mesma aula pode ser trabalhada de outra forma. Quantas vezes na comunicação corriqueira do dia a dia precisamos repetir o que dizemos de outra forma para sermos entendidos? A comunicação pedagógica em uma aula as vezes precisa ser repetida para ser apreendidas pelos estudantes e compreendidas no trabalho de recuperação.

- Correção comentada dos instrumentos avaliativos com os estudantes – pesquisas demonstram que a correção em sala de aula de provas e testes aplicados enfocando a forma correta de resolver os problemas, e reposicionando os erros numa perspectiva construtiva, ajudam os estudantes a aprender mais.

B) Recuperação Final

Aos estudantes que, no final do ano letivo, não alcançarem rendimento satisfatório para sua aprovação, em qualquer componente curricular, por média aritmética simples dos 04 (quatro) períodos, a instituição de ensino deverá destinar uma semana de estudos presenciais de recuperação das aprendizagens essenciais, e na semana posterior realizar a atividade avaliativa de recuperação final (RF), conforme o *Regimento Escolar dos*

Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual do Maranhão e Portaria Nº 343 que versa sobre a Sistemática de Avaliação.

ATENÇÃO: Se a nota da Recuperação Final for inferior à Média Anual (MA), deve permanecer a nota da Média Anual (MA) na NOTA FINAL do estudante. A NOTA FINAL (NTF) será determinada após comparação entre as notas da Média Anual (MA) e da Recuperação Final (RF), identificando-se a maior nota para constar na NTF e histórico escolar.

Média Anual (MA) ➡ Recuperação Final (RF) = Nota Final (MF)

Exemplo:

Média Anual MA	Recuperação Final RF	Nota Final NTF
5,0	4,0	5,0

Vejamos todos os registros:

NOME	NP1	NP2		NP3	NP4	MA	RF	NTF	NTP
<i>Paulo Marcos Silva</i>	7,0	6,0		5,0	7,0	6,0	-	6,0	
<i>Monica Martins</i>	5,5	6,75		7,0	8,0	7,0	-	7,0	
<i>Julia Caldas</i>	4,0	6,0		6,0	6,0	5,5	6,0	6,0	
<i>Josué Caio Mateus</i>	3,5	4,0		5,0	6,0	5,0	5,5	5,5	

Legenda:

NP1 – Nota do Primeiro Período
 NP2 – Nota do Segundo Período
 NP3 – Nota do Terceiro Período
 NP4 – Nota do Terceiro Período
 MA – Média Anual
 FR – Recuperação Final
 NTF – Nota Final
 NTP – Nota da Pendência

Comentando os dados da Tabela

Paulo e Monica obtiveram média anual aprovativa e precisaram ter suas médias anuais arredondadas. Mas Julia e Josué obtiveram média anual abaixo da mínima para aprovação e precisaram passar pelo processo de recuperação com aulas semanais mais atividade avaliativa. Após esse processo, Julia alcançou média mínima aprovativa. Todavia, Josué não recuperou as aprendizagens previstas durante a recuperação e será encaminhado para o Conselho de Classe e após assinatura de Termo de Compromisso poderá ser aprovado parcialmente com pendência.

É importante ressaltar que os dias reservados para a semana de aulas de recuperação final, assim como os dias reservados para os exames finais não serão contados como dias letivos.

Caso algum estudante não compareça à semana de aulas de recuperação final e/ou a aplicação da prova final, ele terá um prazo de até 72 horas (3 dias uteis) para requerer a segunda chamada da prova, apresentando documentos comprobatórios que justifiquem devidamente a ausência, conforme Art. 22, previsto na Sistemática de Avaliação, Portaria Nº 343/2017.

Outrossim, o estudante que foi convocado pela unidade escolar para o processo de recuperação final (semana de aulas e provas), mas não compareceu e nem justificou por documentos, terá ainda o direito de realizar o processo de pendência, com progressão parcial, mediante análise e deliberação do Conselho de Classe.

A recuperação sempre será substitutiva pois é um processo que deve agregar aprendizagens, acrescentando assim valores quantitativos aos já existentes. O processo de recuperação pressupõe que haverá uma intervenção pedagógica que tomará por base o

E se o estudante perder a atividade avaliativa de recuperação final? Nesta situação, terá um prazo de até 72 horas (3 dias) uteis para requerer a segunda chamada, apresentando documentos comprobatórios que justifiquem ausência.

que foi realizado para que de alguma forma agregue conhecimento. Logo a recuperação é mais um aporte para que aconteça o desenvolvimento esperado. É incoerente, nessa perspectiva, que um estudante com nota 4,0 passe por um processo de recuperação e conclua com nota 3,0. A nota 4,0, que representa 40% de aprendizagens desenvolvidas é o ponto de partida para o processo de reposição de aprendizagens, logo, não há como, ao final do

trabalho de apoio na recuperação, o estudante encerre com menos aprendizagens do que as indicadas no início do processo.

E como será o registro ao final do ano para o estudante com pendência?

Veja o Exemplo de Ata Final:

Nome	LP	AR	EF	LE	MT	BIO	QM	FI	GG	HIS	SOC	FIL	Situação Final
Caio Silva	6,0	8,0	9,0	8,0	5,0	5,5	6,0	7,0	9,0	8,0	8,5	9,5	Aprovado com pendência– AP
Lívia Dias	7,0	8,0	9,5	9,0	8,0	9,0	8,0	8,0	9,0	8,5	9,0	8,0	Aprovado – A
Pedro Santo	5,0	8,0	9,0	6,0	5,0	6,5	5,0	5,0	7,0	7,0	8,5	7,5	Reprovado – R

Logo o trabalho de cada professor, isoladamente, conclui-se com o registro da Nota Final – NTF. Em reunião do Conselho de Classe, ou outra opção de socialização de informações, o gestor escolar deve dar ciência aos professores sobre os estudantes que foram Aprovados com Pendência – AP e os que foram Reprovados - R. Para isso o SIAEP emitirá um **Relatório de Aprovação com Pendência** da escola - **RAP**, por turno e turma. Neste relatório constará todos os estudantes aprovados com pendência por componente curricular e série/ano/etapa para conhecimento de todos da comunidade escolar.

Sugerimos que o **Relatório de Aprovação com Pendência** da escola seja afixado em mural próprio para que as informações sejam socializadas de forma mais eficaz.

9. PROGRESSÃO PARCIAL OU PENDÊNCIA

Desde 2016, ficou instituída a progressão parcial ou pendência na Rede Estadual de Ensino, sendo possível, ao estudante, ficar de pendência em até 03 (três) componentes curriculares de acordo com o Art. 208 do *Regimento Escolar* da Rede Estadual de Ensino, de conhecimento de toda comunidade escolar, por meio dos seus órgãos colegiados, principalmente pelo Conselho de Classe da escola.

Segundo o Parágrafo único do Art. 23 da Portaria Nº 343/2017 que institui a Sistemática de Avaliação, a pendência constitui-se:

(...) na progressão parcial, por meio da qual o aluno que não alcançou rendimento satisfatório no ano em curso será aprovado para o ano/a série subsequente, devendo submeter-se a estudos paralelos relacionados ao componente curricular e conteúdos cujo rendimento mostrou-se insuficiente, respeitados os limites estabelecidos nesta Portaria (MARANHÃO, 2017, pág. 6).

No Ensino Médio, o estudante poderá cursar até 13 componentes curriculares durante um ano letivo. Anteriormente a essas regulamentações, se o estudante ficasse reprovado em um componente curricular, por exemplo, teria que cursar no ano seguinte todos os componentes, inclusive aqueles nos quais logrou êxito, no ano da reprovação, com média aprovativa, fato que, muitas vezes causa desconforto para os professores e para o estudante retido, sendo em alguns casos motivo de evasão escolar.

A progressão parcial ou pendência não será possível para os estudantes que cursarem o 9º ano do Ensino Fundamental e nem àqueles que cursarem a 3ª série do Ensino Médio. Na Educação de Jovens e Adultos – EJA também não será possível para a 3ª (terceira) etapa do Ensino Fundamental e 2ª (segunda) etapa do Ensino Médio. Aos tais caberá todo o processo de recuperação das aprendizagens nesse último ano/série da etapa em curso.

Na Educação de Jovens e Adultos – EJA, quando os estudantes não cumprirem as pendências, poderão realizar avaliações por meio de Exames próprios para EJA ou por meio dos cursos semipresenciais. Dessa forma, será ampliada a possibilidade de certificação a esse público.

A progressão parcial está instituída, segundo os Art. 24 e 25 da *Portaria Nº 343* da Sistemática de Avaliação, para os estudantes que cursarem do 6º ao 8º (sexto ao oitavo) ano do Ensino Fundamental e 1ª e 2ª (primeira e segunda) séries do Ensino Médio. Na Educação de Jovens e Adultos – EJA a pendência poderá ocorrer para os estudantes da 1ª e 2ª (primeira e segunda) etapas do Ensino Fundamental e 1ª (primeira) etapa do Ensino Médio.

Reitera-se que nos/nas anos/séries *finais* de cada etapa de ensino não haverá pendência referente ao ano letivo em curso. Pode ser que o estudante esteja cursando pendência(s) do (s) ano (s) anterior (es), no período letivo final da etapa de ensino, necessitando, nesta situação, cumpri-la (las) sob pena de não ser permitida a efetivação de matrícula na etapa seguinte. Por exemplo, se o estudante da *Rede Estadual* tiver alguma pendência, ao final do Ensino Fundamental, não poderá ser matriculado no Ensino Médio.

O sistema de pendência implica na aprovação parcial do estudante que não obtiver média aprovativa em até 3 (três) componentes curriculares. De forma que, será considerado indevido o acúmulo de pendências durante os anos da etapa da educação

O estudante que não apresentar rendimento para aprovação no estudo de pendências, no primeiro semestre, poderá repetir seus estudos no segundo semestre.

básica em curso, visto que se o estudante acumular mais que três pendências, estará reprovado no ano letivo em que se deu o acúmulo.

Os registros das avaliações nos estudos de pendência devem ser traduzidos em notas de 0 a 10, em cada componente curricular pendente por período letivo, resultantes da média aritmética simples das atividades avaliativas realizadas durante o processo.

A pendência terá carga-horária distribuída no período de um semestre letivo. O estudante que não alcançar a nota mínima 6 (seis) nos estudos de pendência poderá repeti-la imediatamente nos semestres seguintes até concluir com êxito a etapa de ensino da educação básica em que estiver matriculado.

Primeira situação para exemplificar:

Monica ficou em pendência, em 2017, nos componentes curriculares História e Geografia. Em 2018, primeiro semestre, a estudante não obteve média aprovativa nas pendências, permanecendo assim em pendência para o segundo semestre. Apesar do compromisso registrado com a instituição escolar e família, Monica não cursou as pendências no segundo semestre. Em 2018, Monica ainda ficou com Nota Final abaixo da média em Física e Geografia. Encaminhada para deliberação do Conselho de Classe, a situação de Monica configura acúmulo de 4 (quatro) pendências em 2018: duas de 2017 (não cursadas com êxito) e mais duas estabelecidas por baixo rendimento após recuperação final em 2018. Logo, Monica estará reprovada no ano de 2018 e ainda terá que pagar no ano letivo da retenção (2018) as pendências de História e Geografia que obteve em 2017.

O estudante deve evitar protelar, até o último ano da etapa em que está matriculado, o cumprimento de pendências, porque não receberá o **histórico** de conclusão do Ensino Fundamental ou o **certificado** de conclusão do Ensino Médio.

O cumprimento de pendências corresponde a um processo que inclui três etapas: atividades realizadas pelo estudante no seu *plano de estudo*, atividades efetivadas nos *momentos presenciais* e *prova final*. Em cada etapa será gerada uma nota e ao fim das três etapas extraída uma média.



A carga-horária de pendência será distribuída nessas três etapas, correspondendo ao percentual de 30% da carga-horária total do componente curricular.

Tabela Carga horária de pendências – ENSINO MÉDIO

ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE	
			CHA	Total hs pendência	CHA	Total hs pendência
ÁREA DE LINGUAGEM	LP	Língua Portuguesa	160	60	160	60
		Produção textual e Leitura	40		40	
	Educação Física		80	24	80	24
	Arte		80	24	80	24
	Língua Inglesa / Espanhola		80	24	80	24
ÁREA DE MATEMÁTICA	Matemática		160	50	160	50
ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	Biologia		80	24	80	24
	Química		80	24	120	36
	Física		80	24	80	24
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS	História		120	36	80	24
	Geografia		80	24	80	24
	Sociologia		80	24	80	24
	Filosofia		80	24	80	24

Caso o estudante, esteja de pendência em Matemática (160h), por exemplo, terá 30% dessa carga-horária (50h) distribuída para as três etapas: plano de estudo, momentos presenciais e prova.

Cada Unidade Regional de Educação organizará com suas respectivas unidades escolares a implantação dos estudos de pendência, conforme as orientações da SEDUC. O processo que inclui as três etapas da Pendência será organizado nas escolas pelo coordenador de pendência.

Logo, na unidade escolar deve haver um responsável pela coordenação dessas três etapas dos estudos de pendência por semestre, no ano letivo em curso. O coordenador de pendência pode ser um (a) professor (a), supervisor (a), coordenador (a) pedagógico (a), apoio pedagógico ou o (a) gestor (a) escolar. Para o coordenador de pendência ser um professor é necessário que ele tenha carga-horária disponível.

Para celeridade e cumprimento exitoso das pendências, o aluno precisa ser acompanhado no que tange aos prazos e frequência necessária para execução das atividades,

dos encontros presenciais e da efetivação da prova final. O coordenador de pendências organizará tempos e espaços para o desenvolvimento de cada uma dessas ações pedagógicas.

No caso de impossibilidade do estudante fazer a pendência na própria escola, o gestor escolar em articulação com a sua Unidade Regional de Educação deverá providenciar o seu encaminhamento, para que possa realizar tais estudos em outra Unidade Escolar do mesmo município.

Dessa forma, o coordenador de pendência deverá organizar um *Plano de Trabalho* de Pendência, contendo a organização do cumprimento de cada etapa da pendência por aluno e por componente curricular. Lembrando, que um mesmo estudante pode estar cumprindo até três Planos de Estudo, do (a) mesmo (a) ano/série ou de anos/séries diferentes.

Então, nesse Plano de Trabalho constará o Plano de Estudo de cada estudante, os momentos de estudos individuais ou em grupo para a execução das atividades curriculares, agendamento periódico dos momentos presenciais com os docentes dos componentes curriculares ou área do conhecimento, e informações sobre a aplicação da prova escrita.

Cada *Plano de Estudo* elaborado, por componente curricular (Base Nacional Comum/Parte Diversificada) e série, terá uma carga horária mínima, que é parte dos 30% da carga-horária total daquele componente em pendência, a ser estipulada pela Secretaria de Estado da Educação, proporcional à carga horária anual da Matriz de Estrutura Curricular em vigência.

Os *Planos de Estudos* para o cumprimento da pendência serão disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação às escolas, por ano/série e por componente curricular de acordo com os conhecimentos essenciais descritos na matriz curricular de organização da aprendizagem da rede estadual de ensino.

O *Plano de Estudo* contém as aprendizagens esperadas, os conteúdos essenciais para a série/o ano do componente curricular, bem como as atividades pedagógicas que o estudante precisará desenvolver com a carga-horária correspondente a cada atividade proposta. Possivelmente, alguns anexos irão compor o Plano de Estudos.

Exemplo - Plano de Estudo para Pendência:

UNIDADE REGIONAL DE SÃO LUIS		MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DE RIBAMAR			
ESCOLA: CE São José de Ribamar		Semestre: 1º\2018			
COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa					
NOME: José Lino da Silva					
Aprendizagem Esperada	Conteúdo Básico	Atividade Avaliativa	Carga Horária	Período (dias)	Nota
Compreender e Interpretar diversos tipos de textos	Texto informativo	Organizar um artigo para jornal da cidade	4 horas		
	Texto Poético	Analisar a poesia de Carlos Drummont de Andrade: Ausência.	6 horas		

Anexo:

Ausência

Por muito tempo achei que a ausência é falta.
 E lastimava, ignorante, a falta.
 Hoje não a lastimo.
 Não há falta na ausência.
 A ausência é um estar em mim.
 E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços,
 que rio e danço e invento exclamações alegres,
 porque a ausência, essa ausência assimilada,
 ninguém a rouba mais de mim.

Carlos Drummont de Andrade

Outra etapa da pendência são os *momentos presenciais*. Para componentes curriculares com menor carga-horária serão destinados no mínimo dois encontros, que são momentos pedagógicos que reunirão estudantes da mesma escola ou de escolas diferentes do mesmo município, a fim de solucionar as dúvidas e averiguar as aprendizagens em desenvolvimento propostas nos planos de estudo.

O *momento presencial* deve ser acompanhado por um professor do componente curricular em pendência ou da área do conhecimento referente. Pode ser um professor da mesma escola ou de outra escola da Rede Estadual, tendo este profissional carga-horária disponível para o atendimento. Nos encontros presenciais, as atividades em interação com os alunos, serão avaliadas e resultarão em uma nota a ser encaminhada com os devidos registros para o coordenador de pendência. Caso o estudante não participe e/ou não efetive as atividades próprias dos momentos presenciais, o espelho de sua nota deverá refletir seu rendimento nesta etapa da pendência.

A *prova final* de pendência será elaborada e disponibilizada pela SEDUC às unidades escolares, com seus respectivos gabaritos. O coordenador de pendência é o responsável pela gestão dessa última etapa do processo de pendência, identificando a prova específica para cada aluno. Na sequência, aplicará a prova escrita, conforme data a ser agendada, posteriormente, corrigirá e atribuirá nota. Reitera-se que a correção da prova escrita deverá ser balizada pelo gabarito fornecido pela SEDUC.

Após concluídas as etapas da pendência, o coordenador definirá média aritmética simples no SIAEP, no ano letivo em que o aluno progrediu parcialmente, preenchendo o campo *Nota de Pendência*. Essa nota será lançada somente quando for aprovativa e caberá somente ao coordenador de pendência fazê-lo, conforme Art. 38 da Portaria 343/2017.

Caso não obtenha média aprovativa na pendência cursada, o estudante repetirá os estudos de pendência no semestre subsequente e a constatação dos resultados desse processo de pendência será registrada em relatório e devidamente acompanhada pelo Conselho de Classe.

Observe a Situação Simulada para dois estudantes, na tabela apresentada.

Componente Curricular – MATEMÁTICA

NOME	NP1	NP2	NP3	NP4	MA	RF	NTF	NTP
<i>Amélia Brito</i>	4,0	6,0	2,0	4,0	4,0	4,5	4,5	
<i>Josué Caio Mateus</i>	3,5	4,0	5,0	6,0	4,62 (5,0)	5,5	5,5	7,0

Comentando os dados da tabela:

Situação I

Amélia e Josué submeteram-se aos estudos de pendência, conforme compromisso firmado com a instituição escolar e a família. Contudo, Amélia obteve média 5,5 após os estudos de pendência, fato que configurou em não aprovação por média, tendo a aluna que repetir o processo de pendência no semestre subsequente. Neste caso, o coordenador de pendência não registrará a nota no SIAEP, campo de Nota de Pendência. Deve fazer os registros em relatório que comporá o dossiê da estudante. Este relato deve conter: nome da aluna, componente curricular em que ficou de pendência, períodos em que participou de cada uma das três etapas de pendência, as notas de cada etapa e média extraída e ainda, os nomes dos profissionais que mediarão o processo de aprendizagem, bem como a descrição dos conteúdos mínimos não internalizados. No referido documento, a estudante será

encaminhada para estudos de pendência, em semestre subsequente, com o devido conhecimento de seus responsáveis e assinatura de ciência no relatório.

Situação II:

Já o estudante Josué, após estudos de pendência, obteve média aprovativa 7,5. Essa média será registrada pelo coordenador de pendência no SIAEP e em Ata Específica.

A nota da pendência irá substituir a nota final alcançada pelo aluno, naquele componente curricular no ano em foi aprovado por pendência.

9.1 Pendência: um compromisso firmado entre estudante, família e instituição escolar

A Progressão Parcial ou Pendência é um direito do estudante que exige o cumprimento de inúmeros deveres.

O primeiro dever para garantir o cumprimento desse direito é a Assinatura do *Termo de Responsabilidade*, um documento emitido às escolas pela Secretaria de Estado da Educação e que deve ser assinado pelo estudante ou seu responsável, juntamente com uma testemunha, quando optam pela progressão parcial e a devida submissão às normas e procedimentos do processo de pendência que envolve três etapas igualmente importantes.

Quando o estudante for maior de idade, poderá assinar o Termo de Responsabilidade junto a uma testemunha. Mas quando for menor de idade, esse documento deverá ser assinado pelos pais ou responsáveis.

O parágrafo único do Art. 32 afirma que “a recusa ensejará na reprovação do estudante no (a) ano/série/etapa cursado” (MARANHÃO, 2017, pág. 8). Dessa forma, sem a leitura e assinatura do *Termo de Compromisso* não será possível a aprovação parcial e/ou pendência e automaticamente o estudante estará reprovado naquele ano letivo.

Em caso de não adesão aos estudos de pendência, ou seja opção pela reprovação, por parte do estudante maior de idade ou dos pais ou responsáveis do estudante menor de idade, um outro documento lhes será apresentado pela escola – é o *Termo de Recusa*.

O *Termo de Recusa* também exige a assinatura conjunta de uma testemunha e registra a adesão à reprovação por baixo rendimento, após as etapas de recuperação paralela e final, no ano letivo em curso.

9.2 Vida estudantil registrada em documentos oficiais.

O estudante da Rede Estadual de Ensino que estiver em progressão parcial ou pendência, conforme Art. 33 da Portaria 343 (MARANHÃO, 2017), deve ter sua vida escolar registrada em documentos oficiais da unidade escolar em que estiver matriculado e do Sistema de Administração das Escolas Públicas – SIAEP.

Dentre os documento oficiais estão: diário de classe, ficha individual, boletim e a Ata Específica. Este último documento de registro é próprio da pendência.

A unidade escolar receberá da Secretaria de Estado de Educação o modelo padrão de *Ata Específica* que deverá ser preenchida pelo Coordenador de Pendência. Essa Ata descreve os resultados avaliativos do processo de pendência e acompanhará o dossiê do aluno com o Histórico Escolar.

9.3 Da Banca de Exames da Escola

A Banca de Exames é um mecanismo colegiado indicada pelo Conselho de Classe, a fim de resolver situações envolvendo pendências que se postergaram até os anos finais de cada etapa de ensino (especificamente o 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio). Também resolverá situações de reposicionamento de estudantes nas séries, conforme indicações da Portaria 343/2017.

A Banca de Exames será composta por professores dos componentes curriculares pertinentes ao processo de pendências. Estes profissionais decidirão por procedimentos pedagógicos para o cumprimento final de pendências com vistas à certificação.

Será submetido a Banca de Exames, aqueles estudantes que no último ano da etapa de ensino, estiverem cursando três pendências. Essa providência institucional se dá pelo fato de que ao final da etapa de ensino, o estudante só será certificado ou receberá o histórico se tiver sido aprovado em todas as pendências, mesmo que tenha sido aprovado por média nesse último ano. Então, a Banca de Exames acompanhará os estudantes nessa situação evitando o não cumprimento das pendências.

9.4 Transferência de estudantes com situação de pendência

Uma vez instituído os estudos de pendência na rede estadual de ensino, os casos de transferência ocorrerão normalmente. A escola que emitir o histórico escolar deve informar a situação de pendência do estudante nos componentes curriculares.

A escola que receber o estudante aprovado com pendência deve observar o histórico escolar, a Ata Específica de pendência e fazer gestão de todos os procedimentos relativos ao cumprimento de pendências.

10. DA CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO

Comumente pessoas recorrem às escolas para matrícula com diversas situações:

- não tendo histórico anterior;
- com transferência de outros estados;
- com transferência de outros países;
- históricos escolares que não indicam a série que o estudante deva cursar;
- histórico escolares incompatíveis com o currículo do nosso estado;

Nesses casos e em outros a LDB 9394\96 indica que a escola deva proceder a classificação e/ou reclassificação. Segundo Art. 40 da Portaria 343 por classificação e/ou reclassificação entende-se:

[...] o procedimento que permite posicionar o estudante no (a) ano/período/série independente de documentos anteriores. Para estudantes já inseridos na rede estadual deve ser considerado o nível de desenvolvimento cognitivo, a frequência e o rendimento escolar, obtidos ao longo do ano letivo (MARANHÃO, 2017, pág . 9)

O processo de Classificação também está regulamentado no *Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual do Maranhão*, devendo constar no Projeto Político Pedagógico das unidades escolares.

O processo de classificação e/ou reclassificação implica que a escola realize um exame por componente curricular, ou área de conhecimento, que enfoque os conhecimentos básicos necessários para prosseguimento dos estudos por parte do estudante.

Para cada estudante classificado e/ou reclassificado, a escola deve organizar dossiê com todos os registros (atas, exames e pareceres) realizados nesse processo. Após o exame e o devido registro em ata o estudante classificado e/ou reclassificado deve ter matrícula efetivada na escola e ser inserido no SIAEP.

Alguns casos específicos de reposicionamento de estudantes:

a) Avanços Progressivos

A escola poderá avaliar seus estudantes para fins de progressão serial, visando avançá-los nos anos/séries/etapas ou módulos em que estejam cursando, mediante verificação da aprendizagem e obtenção dos índices de aproveitamento necessários para aprovação, especialmente para estudantes em defasagem idade/ano/série.

É admitida a aceleração de estudos para estudantes que evidenciem atraso escolar, considerando-se a distorção idade/ano/série, a partir de 02(dois) anos entre a idade do estudante e a série/ano que deveria estar cursando.

O avanço será possível, mediante avaliação aplicada pela escola, com os estudantes que não estão com atraso escolar, mas apresentam habilidades e competências além das requisitadas para a (o) série/ano que cursa, podendo ser adiantado em um ano letivo.

O objetivo da avaliação dos estudantes de correção de fluxo não é somente “classificar” em série/ano posterior, mas indicar caminhos para a melhor escolha metodológica que contribua para a aprendizagem dos estudantes. Assim, os resultados dessa avaliação irão subsidiar o processo de planejamento que envolve ação-reflexão-ação.

A avaliação tem sempre caráter de diagnóstico, quando seu objetivo é tomar decisões sobre a promoção ou aceleração para estudantes com altas habilidades, conforme o *Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual do Maranhão*.

b) Aproveitamento de Estudos

O aproveitamento de estudos será efetivado considerando-se a correspondência entre a atividade, área de conhecimento ou componente curricular, cursado pelo estudante em outra escola, ou séries anteriores, mediante os seguintes processos:

- estudos concluídos com êxito;
- complementação de estudos quando a soma das cargas horárias dos estudos realizados na escola de destino, não atingirem o mínimo exigido por lei, para conclusão do nível;
- suplementação de estudos, quando os estudos dos componentes da Base Nacional Comum Curricular, não tiver sido realizada em qualquer ano/série/etapa na escola de origem e não vierem a ser ministrados em pelo menos um ano/série/etapa na escola de destino.

- Efetivar-se-á o aproveitamento de estudos e a circulação de estudos do Ensino Regular para a Educação de Jovens e Adultos, e vice-versa, de acordo a Matriz Curricular do Sistema de Ensino em vigor.

c) Terminalidade Específica

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394\96, Inciso II do Artigo 59, Resolução CNE\CEB 02\01, Artigo 16 e Parecer do Conselho Nacional de Educação 17\01, é prevista a terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências.

A terminalidade específica prevê viabilizar ao aluno com grave deficiência intelectual ou múltipla, que não apresentar resultados de escolarização previstos nesta Portaria.

Na certificação de conclusão de escolaridade deve constar histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as competências desenvolvidas pelo educando.

Após a certificação, a escola deve encaminhar o estudante para cursar o Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Profissional mais próxima à residência do estudante.

11. DO CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe dos estabelecimentos de ensino da Rede Estadual é o órgão colegiado responsável por legitimar a aprovação ou reprovação dos estudantes ao final do ano letivo, determinar sobre o aproveitamento de estudos com pendências, assim como compor Banca de Exames para acompanhar e deliberar os casos de pendência nos (nas) últimos (as) anos/séries, conforme rege a Portaria 2.343/2017 e o Regimento Escolar.

O Conselho de Classe recebe dos professores, ao término da recuperação final e lançamento de Notas Finais, o *Relatório de Pendência Anual*, documento no qual constará a relação de todos os estudantes com aprovação parcial ou pendência para o (a) ano/série seguinte.

A decisão de aprovação com pendência nos formatos apresentados pela Portaria 2.343/2017 deve ser lavrada em ata, aprovada e assinada por todos os componentes do Conselho de Classe.

Cabe ao Conselho de Classe à análise e acompanhamento dos registros de todos os documentos necessários para pendências, dentre os quais destacam-se: Termo de Responsabilidade e Termo de Recusa, Ata Específica que estarão especificados no *Projeto Político Pedagógico* da escola.

Sabe-se que as pendências tem carga-horária pré-definida a ser cumprida em um semestre letivo. A cada período letivo, o Conselho de Classe deverá acompanhar os estudos de pendência, analisando os registros e documentos necessários.

O Conselho de Classe deve acompanhar o processo ensino-aprendizagem durante todo o ano letivo e deliberar sobre casos omissos, com aquiescência da Unidade Regional de Educação.

Além de estar integrado ao conselho de classe, exercendo suas funções didático-pedagógicas também é função do corpo docente participar de todo processo de decisões para o término do ano letivo, estando à disposição da escola, quando solicitado, para:

- ministrar as aulas de recuperação final;
- elaborar, aplicar, corrigir provas de recuperação final, bem como lançar as notas no SIAEP até a etapa de NTF;
- realizar procedimentos pedagógicos nos momentos presenciais do processo de pendência;
- participar de reuniões e outros procedimentos relativos a pendência;
- participar da reelaboração do Projeto Político Pedagógico.

12. META AVALIAÇÃO

A Sistemática de Avaliação da Aprendizagem apresentada nesta portaria será acompanhada e avaliada por toda a Comunidade Escolar e órgãos afins da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, no decorrer dos 03 (três) primeiros anos de vigência.

Serão avaliados aspectos quanto a sua funcionalidade e aplicabilidade, visando

Cabe ao Conselho de Classe à análise e acompanhamento dos registros de todos os documentos necessários para pendências, dentre os quais destacam-se: Termo de Responsabilidade e Termo de Recusa, Ata Específica que estarão especificados no Projeto Político Pedagógico da escola.

os ajustes e aperfeiçoamento à eficácia do processo, podendo, a Sistemática, ser ratificada

quando necessário pela Secretaria Adjunta de Ensino – SAE e sancionada pelo Secretário de Educação.

Os instrumentos avaliativos, quando de sua elaboração e aplicação, devem considerar os objetivos gerais propostos e conteúdos básicos no Projeto Político Pedagógico e os específicos de cada componente curricular, observando a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Na Rede Estadual de Ensino, os registros numéricos dos períodos letivos e anuais, bem como registro de faltas e presenças e a descrição de conteúdos e instrumentos avaliativos devem ser registrados em diário escolar eletrônico no SIAEP, segundo as normas em vigência na SEDUC e as orientações do Calendário Escolar da rede para o ano letivo. Os casos omissos serão tratados, conforme sua especificidade, pelos órgãos pertinentes da SEDUC juntamente com cada Unidade Regional de Educação.

Inicialmente, o processo de pendência será aplicado com as séries do Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Silvana Maria Machado. **Avaliação da Aprendizagem – entre concepções e práticas.** São Luís, Expressa, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96.** Disponível em: Acesso em: 24 de outubro de 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO C MARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução nº 4,** de 13 de julho de 2010. Brasília: MEC, 2010.

ESTEBAN, M. T. **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FORQUIM, Jean-Claude. **Escola e cultura. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre. Artes Médicas, 1993.

FREITAS, Ana L. S. **Pedagogia da Conscientização: um legado de Paulo Freire à formação de professores.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder - Introdução à pedagogia do conflito.** São Paulo: Cortez, 1984.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista.** 14 ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.

_____. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção - da pré-escola à universidade.** Porto Alegre: Mediação, 1993.

_____. **Avaliar para promover: as setas do caminho.** Porto Alegre: Mediação, 2001.

_____. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1999.

MARANHÃO. **Diretrizes Curriculares Estaduais**

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo.** São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Política e educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1980.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança - por uma práxis transformadora.** São Paulo: Libertad. 2003.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética - libertadora**. 4. ed. São Paulo: Libertad. 1994.

RELAÇÃO DE ANEXOS

Anexo 1 – MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE

Anexo 2 – MODELO DE TERMO DE RECUSA

Anexo 1 – MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE

URE:
ESCOLA:
ALUNO(A)
COMPONENTES CURRICULARES PENDENTES:
SEMESTRE / ANO LETIVO DE CUMPRIMENTO DA PENDÊNCIA

TERMO DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO DE PENDÊNCIA

Eu, _____, responsável pelo (a) estudante _____ matriculado(a) _____ ano Ensino Fundamental / do _____ Ensino Médio nesta instituição de ensino, declaro ter ciência de o referido estudante obteve rendimento insuficiente/insatisfatório no(s) componente(s) curricular(es) _____, sendo-lhe assegurado a aprovação com pendência nos termos do artigo 23 da Portaria 2343/2017, abaixo transcrito.

Art. 23. Os estudantes que não alcançarem rendimento satisfatório para progressão ao ano/série/etapa de EJA subsequente poderão submeter-se ao cumprimento de pendência, conforme estabelecido no Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual do Maranhão e respeitadas as normas contidas na presente Portaria.

Deste modo, declaro que **ACEITO** que o(a) estudante se submeta ao regime de pendência e asseguro o compromisso de maior acompanhamento do (a) mesmo (a), durante o ano letivo de _____, quando irá cursar a (as) disciplina(s) pendente(s), oferecendo suporte e condições para prosseguimento de seus estudos de forma satisfatória.

Declaro estar ciente de que o estudante, caso não seja aprovado nos estudos de pendência, poderá ficar retido na série/etapa/ano cursada concomitante ao aos estudos da pendência.

Como parte principal das minhas atribuições junto aos professores, coordenação pedagógica e direção da escola, comprometo-me a acompanhar de forma mais eficiente os processos de aprendizagem do estudante nos seguintes moldes:

- Apoiar o estudante no que se refere ao acompanhamento dos estudos independentes, das pesquisas e das demais atividades complementares para aprendizagem;
- Comparecer espontaneamente na escola e estar presente todas as vezes que me for solicitada a presença para tratar o desempenho escolar do estudante.

_____ Local e data	_____ Assinatura do(a) responsável pelo(a) estudante
_____ Testemunha 1	_____ Testemunha 2
RG CPF	RG CPF

Anexo 2 – MODELO DE TERMO DE RECUSA

URE:
ESCOLA:
ALUNO(A)
COMPONENTES CURRICULARES PENDENTES:
SEMESTRE / ANO LETIVO DE CUMPRIMENTO DA PENDÊNCIA

TERMO DE RECUSA

Eu, _____, responsável pelo (a) estudante _____ matriculado(a) no _____ ano Ensino Fundamental / do _____ Ensino Médio nesta instituição de ensino, declaro ter ciência de o referido estudante obteve rendimento insuficiente/insatisfatório no(s) componente(s) curricular(es) _____, sendo-lhe assegurado a aprovação com pendência nos termos do artigo 23 da Portaria 2343/2017, abaixo transcrito.

Art. 23. Os estudantes que não alcançarem rendimento satisfatório para progressão ao ano/série/etapa de EJA subsequente poderão submeter-se ao cumprimento de pendência, conforme estabelecido no Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual do Maranhão e respeitadas as normas contidas na presente Portaria.

Declaro **RECUSAR** a aprovação com pendência do referido estudante nos componentes curriculares acima informados.

Declaro ainda ter plena ciência da reprovação desse(a) estudante, opção que implica na repetição da _____ série /ano/atapa do _____.

_____ / / Local e data	_____ Assinatura do(a) responsável pelo(a) estudante
_____ Testemunha 1	_____ Testemunha 2
RG _____ CPF _____	RG _____ CPF _____